Parecer	Despacho/Deliberação
[illegible] 16.2.2018	Ao CA para deliberação. Artur Trindade Mimoso, Vogal do Conselho de Administração 21.2.2018 O CA aprova 23/2/18 Henrique Martins, Presidente do Conselho de Administração João Martins, Vogal do Conselho de Administração

N.º: **005/DPDO/2018** Data: **15 de fevereiro de 2018**

Assunto: **RELATÓRIO DE MONITORIZAÇÃO ACUMULADO DO 3º TRIMESTRE DO PAO 2017**

Artur Trindade Mimoso
Vogal do Conselho de Administração

Finalidade

1. Apresentar ao Conselho de Administração da SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E.P.E. (SPMS), proposta de aprovação do Relatório de Monitorização acumulado do 3º Trimestre do Plano de Atividades, Investimento e Orçamento de 2017 (PAO 2017).

Análise

2. A obrigatoriedade de desenvolvimento, implementação e divulgação de um Plano de Atividades encontra-se prevista nos artigos 43º e 44º do regime jurídico do setor público empresarial, Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro[1].

3. Igualmente prevista, no artigo 25º do mesmo diploma, está a necessidade de apresentação ao titular da função acionista, relatórios trimestrais demonstrativos do grau de execução dos objetivos fixados no plano de atividades e orçamento.

4. O presente relatório, além da demonstração do grau de execução dos Objetivos Estratégicos e Objetivos Operacionais do PAO 2017 da SPMS no período, integra também o relatório de execução orçamental do terceiro trimestre, que se enquadra nas obrigações legais decorrentes da alínea i) do n.º 1 do artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, do n.º 4 do artigo 64.º do Decreto-Lei n.º 18/2016, de 13 de abril.

5. O presente relatório tem, assim, por objetivos:

[1] Alterado pela Lei n.º 75-A/2014, de 30 de setembro, e pela Lei n.º 42/2016, de 28/12.

SPMS – Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E.P.E. Av. República, nº 61 | 1050-189 Lisboa | Tel.: 211 545 600| Fax: 211 545 649

Capital Estatuário: 25.637.140 Euros - NUIMPC 509 540 716

I. Apresentar o grau de execução dos Objetivos Estratégicos e Objetivos Operacionais fixados no PAO 2017 no 3º trimestre do ano 2017;

II. Explicitar os níveis de execução orçamental no 3º trimestre, referenciando os aspetos mais relevantes da atividade financeira da SPMS, nos domínios das receitas e das despesas;

III. Analisar a posição financeira, o desempenho e alterações na posição financeira da SPMS, considerando, para o efeito, o balanço, a demonstração de resultados e a demonstração de fluxos de caixa e um conjunto de indicadores relevantes.

6. Após a análise efetuada, é de referir para melhor interpretação dos resultados:

   a. O PAO 2017 foi elaborado na fase final do Plano Estratégico do Mandato 2014-2016 e ainda sem o Plano Estratégico 2017-2019, tendo-se assumido como um documento de continuidade face aos objetivos estratégicos e atividades do PAO 2016 e orientador das atividades e ações previstas para 2017;

   b. Por diversas circunstâncias, não foram inicialmente definidas metas e indicadores para os objetivos estratégicos e operacionais delineados, que permitissem realizar uma monitorização quantitativa, à semelhança da que foi realizada para o ano 2016. Construiu-se, por isso, uma grelha de correspondência entre os objetivos estratégicos definidos e as iniciativas/atividades identificadas pelas direções e coordenações da SPMS para o cumprimento desses objetivos, a que foi atribuída uma perspetiva de objetivo operacional;

   c. Com o presente relatório, pretende-se apresentar a execução do PAO 2017 à data de 31 de setembro, relativamente às iniciativas identificadas para cada Objetivo Estratégico, colmatando também, desta forma, a ausência de monitorização nos dois primeiros trimestres do ano. O relatório integra igualmente o relatório de execução orçamental do 3º trimestre, por força das obrigações legais decorrentes da alínea i) do n.º 1 do artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro[2], do n.º 4 do artigo 61.º do Decreto-Lei n.º 36/2015, de 9 de março[3], bem como da alínea i) do n.º 2 do artigo 15.º dos Estatutos da SPMS.

7. A análise realizada permitiu verificar que **38%** do total de atividades previstas se encontram em curso, **28%** das atividades foram concluídas e **13%** estão em fase de conclusão. Existem ainda **21%** de atividades em fase inicial ou não iniciadas. Noutra perspetiva, verifica-se que os Objetivos Estratégicos 5 (Promover a inovação, investigação e desenvolvimento na SPMS e SNS) e 6 (Aumentar a satisfação e motivação dos colaboradores) mantêm um nível de desempenho abaixo do que seria esperado e que o Objetivo Estratégico 4 (Promover a excelência operacional e qualidade dos serviços) e 2 (Aproximar a prestação de serviços das necessidades do SNS/MS) apresentam o maior grau de realização.

Proposta

8. Propõe-se, assim, ao Conselho de Administração da SPMS, o seguinte:

[2] Aprovados pelo Decreto-Lei n.º 19/2010, de 22 de março e alterados pelos Decretos-Lei n.º 108/2011, de 17 de novembro, n.º 209/2015, de 25 de setembro, e n.º 32/2016, de 28 de junho.

[3] Decreto de Execução do Orçamento do Estado para 2015.

Capital Estatutário: 25.637.140 Euros - NUIMPC 509 540 716

SPMS – Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E.P.E. Av. República, nº 61 | 1050-189 Lisboa | Tel.: 211 545 600| Fax: 211 545 649

a. Aprovação do Relatório de Monitorização do PAO 2017 acumulado do 3º Trimestre de 2017, que junto se anexa;

b. Publicação no site (apenas do Relatório);

c. Envio à Direção-Geral do Tesouro e Finanças.

À consideração superior,

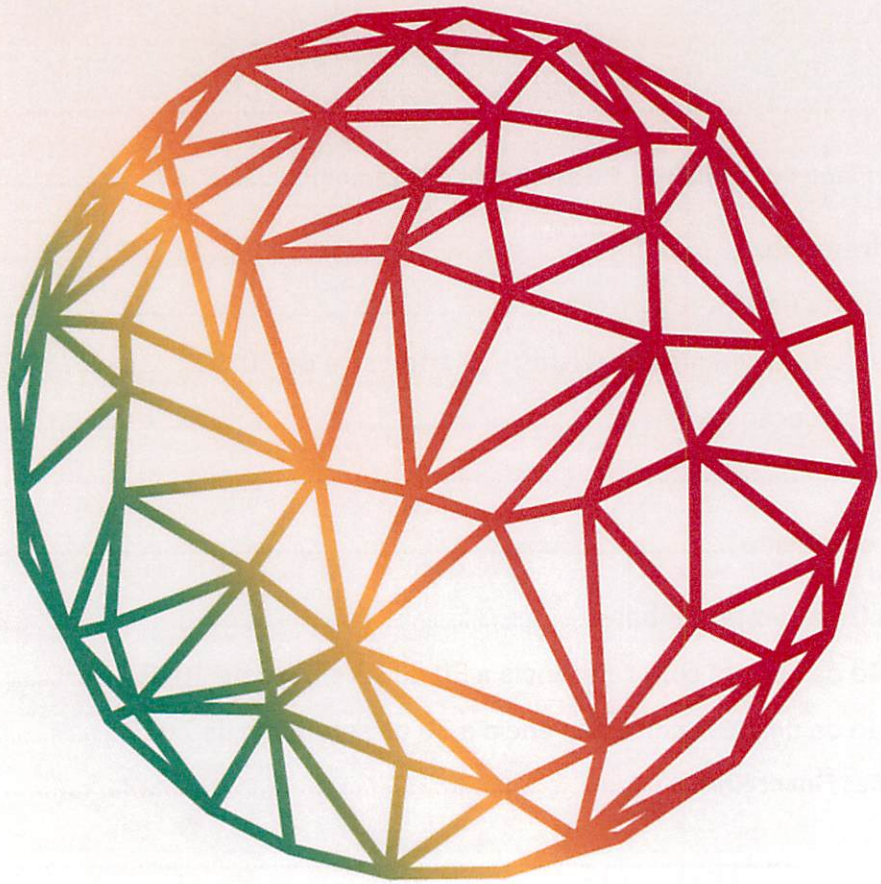
DIREÇÃO PLANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL

A Técnica-superior, Ana Vidigal

Anexo: Relatório de Monitorização do 3º Trimestre do PAO 2017.

Capital Estatutário: 25.637.140 Euros · NUIMPC 509 540 716

SPMS – Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E.P.E. Av. República, nº 61 | 1050-189 Lisboa | Tel.: 211 545 600| Fax: 211 545 649



Relatório de Monitorização do Plano de Atividades, Investimento e Orçamento

1º, 2º e 3º Trimestre de 2017

SPMS EPE
Serviços Partilhados do Ministério da Saúde

I. Introdução 2

II. Execução do Plano de Atividades, Investimento e Orçamento 4

1. Enquadramento 4
2. Metodologia de Monitorização 6
3. Evolução das atividades previstas – 3º trimestre de 2017 7
4. Notas à Execução do PA 12

III. Introdução 20

IV. Execução do orçamento 21

a. Análise Orçamental Global 21
b. Execução da receita com referência a 30 de setembro de 2017 22
c. Execução da despesa com referência a 30 de setembro de 2017 25

V. Demonstrações Financeiras 29

1. Balanço 29
2. Demonstração de Resultados 30
3. Demonstração das Alterações no Capital Próprio 31
4. Demonstração dos Fluxos de Caixa 32
5. Notas às Demonstrações Financeiras 33

VI. Indicadores 38

VII. Conclusão 41

ANEXO I – MAPA DE OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E OPERACIONAIS DA SPMS 43

ANEXO - LEGISLAÇÃO PUBLICADA COM IMPACTO NA ATIVIDADE DA SPMS 46

Capital Estatutário: 25.637.140 Euros - NUIMPC 509 540 716

© 2017 SPMS | Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE. Av. República, nº 61 | 1050-189 Lisboa | Tel.: 211 545 600| Fax: 211 545 649

I. Introdução

Decorre dos artigos 43º e 44º (SUBSECÇÃO II, Obrigações e responsabilidades das empresas do sector público empresarial) do Decreto-Lei n.º 133/2013 de 3 de outubro[1], a obrigatoriedade de elaboração de um Plano de Atividades e do artigo 25º (SECÇÃO III, Orientações e controlo) do mesmo diploma, a necessidade de elaboração de relatórios demonstrativos do grau de execução dos objetivos fixados no plano de atividades e orçamento.

Com o objetivo de dar cumprimento a este normativo, e atendendo a que o Plano de Atividades 2017 foi elaborado na fase final do Plano Estratégico do Mandato 2014-2016 e ainda sem o Plano Estratégico 2017-2019, assumiu-se como um documento de continuidade face aos objetivos estratégicos e atividades do PAO 2016 e orientador das atividades e ações previstas para 2017. É de referir que o Conselho de Administração foi nomeado em julho de 2017 e, consequentemente, o Plano Estratégico do mandato apenas foi aprovado em setembro de 2017.

Não foram, contudo, definidas metas e indicadores para os objetivos estratégicos e operacionais delineados que permitissem realizar uma monitorização quantitativa, à semelhança da que foi realizada para o ano 2016. Construiu-se, no entanto, uma grelha de correspondência entre os Objetivos Estratégicos (OE) definidos no PAO 2017 e as iniciativas/atividades identificadas para o cumprimento desses objetivos pelas direções e coordenações da SPMS, conferindo-lhes uma perspetiva de Objetivo Operacional (OOP) e referenciando-os às respetivas áreas

Neste contexto, procurou-se desenvolver um plano de ação que prosseguisse, não só a missão da própria SPMS, mas também os objetivos e medidas previstos nas Grandes Opções do Plano para 2017 (Lei n.º 41/2016, de 28 de dezembro) e as orientações estratégicas que decorrem dos diplomas, entretanto, promulgados pela respetiva tutela setorial.

Neste sentido, anteviu-se para a SPMS uma ampliação das suas competências, nomeadamente, em matéria de contratação pública, com a centralização obrigatória da aquisição de todos os bens e serviços específicos da área da saúde na SPMS; e, em matéria de coordenação das tecnologias da informação, a responsabilidade da implementação do Plano Setorial TIC 2020 do MS, integrado na Estratégia TIC 2020 para a Transformação Eletrónica na AP.

Por outro lado, adivinhava-se uma mudança de paradigma ao nível da segurança dos dados. A evolução tecnológica e o aumento de informatização dos dados a ela associados, aumentou significativamente a

[1] Regime jurídico do setor empresarial do Estado, alterado pela Lei n.º 75-A/2014, de 30 de setembro, e pela Lei 42/2016, de 28 de dezembro.

Capital Estatutário: 25.637.140 Euros - NUIMPC 509 540 716

© 2017 SPMS | Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE. Av. República, nº 61 | 1050-189 Lisboa | Tel.: 211 545 600| Fax: 211 545 649

recolha e a partilha de dados e a sua crescente disponibilização, em virtude dos processos de informatização associados à integração de cuidados e mobilidade dos utentes em todo o território nacional. Também aqui a SPMS, no âmbito das suas atribuições, adquiriu um papel essencial como ponto de convergência central de coordenação, uniformizador e garante das regras de segurança dos dados para efeitos, nomeadamente, de investigação clínica, de gestão em saúde e inovação e, em geral, dos processos de prestação de cuidados.

Concretizou-se, igualmente, neste período, tal como delineado, o desenvolvimento dos trabalhos conducentes à atribuição da coordenação do centro de contacto do SNS à SPMS, à criação do centro nacional de telesaúde, ao reforço das competências UMC, ao desenvolvimento da Academia SPMS, à formação nas áreas de compras e SI para o SNS e à potencialização da utilização da Plataforma de e-learning.

A par deste mapeamento foi igualmente definido um conjunto de atividades principais (AP), também elas listadas no decurso do documento, associando-as aos OE e OOP. A este mapeamento atribuiu-se uma escala de níveis de execução que, com os contributos dos responsáveis das diferentes áreas da SPMS, permitiram identificar o grau de execução de cada atividade compreendendo o período de 01 de janeiro a 30 de setembro do corrente ano, período em causa atendendo ao momento da avaliação.

O presente relatório, para além do acompanhamento da execução do PAO 2017 até à data relativamente às iniciativas identificadas para cada Objetivo Estratégico, integra em anexo o relatório de execução orçamental do 3º trimestre, por força das obrigações legais decorrentes da alínea i) do n.º 1 do artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro[2], do n.º 4 do artigo 61.º do Decreto-Lei n.º 36/2015, de 9 de março[3], bem como da alínea i) do n.º 2 do artigo 15.º dos Estatutos da SPMS.

O presente relatório tem os seguintes objetivos:

i. Apresentar o grau de evolução no cumprimento dos objetivos estratégicos e operacionais fixados no PAO 2017 pela SPMS, no 3º trimestre do ano;

ii. Explicitar os níveis de execução orçamental, referenciando os aspetos mais relevantes da atividade financeira da SPMS, nos domínios das receitas e das despesas;

iii. Analisar a posição financeira, o desempenho e alterações na posição financeira da SPMS, considerando, para o efeito, o balanço, a demonstração de resultados e a demonstração de fluxos de caixa e um conjunto de indicadores relevantes.

[2] Aprovados pelo Decreto-Lei n.º 19/2010, de 22 de março e alterados pelos Decretos-Lei n.º 108/2011, de 17 de novembro, n.º 209/2015, de 25 de setembro, e n.º 32/2016, de 28 de junho.

[3] Decreto de Execução do Orçamento do Estado para 2015.

Capital Estatutário: 25.637.140 Euros - NUIMPC 509 540 716

© 2017 SPMS | Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE. Av. República, nº 61 | 1050-189 Lisboa | Tel.: 211 545 600| Fax: 211 545 649

II. Execução do Plano de Atividades, Investimento e Orçamento

1. Enquadramento

A elaboração do Plano de Atividades é obrigatória para as empresas do setor público empresarial. Nos termos do n.º 2 do artigo 1.º do Decreto-Lei N.º 183/96, de 27 de Setembro, o plano anual de atividades deve discriminar os objectivos a atingir, os programas a realizar e os recursos a utilizar, o qual, após aprovação pelo ministro competente, fundamentará a proposta de orçamento a apresentar na fase de preparação do Orçamento do Estado.

Conforme referido em cima, o PAO 2017 foi elaborado na fase final de implementação do Plano Estratégico do Mandato 2014-2016 do Concelho de Administração da SPMS e, como tal, assumiu-se como um instrumento de continuidade dos objetivos estratégicos e atividades desenvolvidas no PAO 2016 e orientador das atividades e ações previstas para 2017, garantindo a continuidade mas reconhecendo a necessidade de mudança, reforma e inovação, bem como a complexidade da resposta aos desafios a que a SPMS está constantemente sujeita. Refira-se a título de exemplo, a emergência de serviços e produtos em áreas, como sejam, a receita sem papel, o portal do SNS e a centralização de compras de bens e serviços específicos da saúde onde não é concebível retrocesso.

Verificou-se, além disso, a publicação de legislação decorrente da estratégia ministerial para o setor (veja-se o Anexo) que tem grande impacto nas atividades da SPMS. Neste contexto, os principais temas estratégicos adoptados no Plano Estratégico de 2016, mantiveram-se atuais no ano 2017 e são eles:

- Reforçar a autoridade nas TIC e nas Compras na área da Saúde;
- Aproximar a prestação de serviços das necessidades do MS/SNS;
- Reforçar a reputação/*Branding*;
- Fortalecer a sustentabilidade financeira pela diversificação de fontes de financiamento.

O Plano de Atividades incorporou também o contributo da SPMS para as Grandes Opções do Plano de 2016-2019, as orientações do Orçamento de Estado de 2017, o compromisso assumido perante a ACSS no âmbito do contrato-programa e demais *stakeholders* (DGS, Regiões Autónomas, outros Ministérios, Comissão Europeia, entre outros). Nestas áreas, destacam-se a simplificação administrativa e valorização de funções públicas, a defesa do SNS e a promoção da saúde.

Os objetivos estratégicos (OE) assumidos em continuidade com o plano anterior, conforme referido em cima, foram assim:

Capital Estatutário: 25.637.140 Euros - NUIMPC 509 540 716

© 2017 SPMS | Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE. Av. República, nº 61 | 1050-189 Lisboa | Tel.: 211 545 600| Fax: 211 545 649

- **OE1**: Reforçar a governação nas TIC e nas compras;
- **OE2**: Ajustar os produtos e serviços às necessidades de utentes e do Serviço Nacional de Saúde (SNS)/Ministério da Saúde (MS);
- **OE3**: Otimizar os recursos do SNS /MS e aumentar a sustentabilidade financeira da SPMS;
- **OE4**: Promover a excelência operacional e qualidade dos serviços;
- **OE5**: Promover inovação, investigação e desenvolvimento na SPMS e no SNS;
- **OE6**: Aumentar a satisfação e motivação dos colaboradores.

Estes OE refletem a organização da SPMS nas suas duas áreas essenciais:

- Área de negócio, que assume a gestão e operação do ciclo de vida dos serviços prestados, bem como a gestão de clientes, de serviços e a inovação.
- Área de suporte, que assegura as atividades transversais de apoio administrativo, gestão financeira, patrimonial, de recursos humanos, recursos logísticos e aprovisionamento, apoio jurídico e contencioso.

O PAO 2017 encontra-se, pois, assente naqueles OE enquadrados pelas iniciativas/atividades definidas como necessárias para o seu cumprimento pelas Direções e Coordenações da SPMS (ver Anexo I). Estas iniciativas/atividades assumem no plano aprovado uma perspetiva de objetivo operacional (OOP) e de atividades a realizar em cada área de direção e coordenação. A tabela seguinte mostra o número de atividades previstas por OOP, para cada um dos OEs.

Descrição		OOP	Atividades
OE 1	Reforçar a governação nas TIC e nas compras	**6**	**8**
OE 2	Ajustar os produtos e serviços às necessidades de utentes e do SNS e MS	**12**	**49**
OE 3	Otimizar os recursos do SNS /MS e aumentar a sustentabilidade financeira da SPMS	**9**	**18**
OE 4	Promover a excelência operacional e qualidade dos serviços	**4**	**16**
OE 5	Promover inovação, investigação e desenvolvimento na SPMS e no SNS	**3**	**4**
OE 6	Aumentar a satisfação e motivação dos colaboradores	**1**	**1**
Total		**35**	**96**

Capital Estatutário: 25.637.140 Euros - NUIMPC 509 540 716

© 2017 SPMS | Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE. Av. República, nº 61 | 1050-189 Lisboa | Tel.: 211 545 600| Fax: 211 545 649

2. Metodologia de Monitorização

No momento da elaboração do PAO 2017, o Conselho de Administração solicitou a cada dirigente que definisse os objetivos operacionais que se propunham concretizar para a prossecução dos objetivos estratégicos nele definidos. Foi, assim, definido um total de 27 objetivos operacionais, tendo sido identificadas por cada Direção ou área de Coordenação, as atividades necessárias à sua concretização, dando origem a um total de 96 atividades a realizar durante o ano de 2017.

O presente relatório pretende pois apresentar os resultados da execução do PAO 2017 acumulados ao terceiro trimestre do ano com base numa análise qualitativa ao estado das atividades realizadas durante esse período.

Neste enquadramento, foi solicitada uma autoavaliação aos responsáveis das várias Direções e Coordenações da SPMS, solicitando que indicassem de acordo com uma escala percentual o estado, ou grau de execução, de cada uma das atividades previstas para atingir cada um dos objetivos operacionais, à data de 30 de setembro de 2017.

O estado de execução de cada atividade foi classificado de acordo com uma escala de intervalos de valores percentuais correspondentes a cinco níveis de execução, designadamente, não iniciada, iniciada, em curso, em conclusão e concluída. A cada atividade foi, assim, atribuído um dos seguintes estados:

- 0% - não iniciada
- 1% - 25% - iniciada
- 26% - 75% - em curso
- 76% - 99% - em conclusão
- 100% - concluída

De acordo com esta autoavaliação levada a cabo por cada um dos responsáveis das diferentes áreas, o nível de desenvolvimento do Plano de Atividades é, então, apresentado segundo duas perspectivas:

1) **Uma visão global de todas as atividades do PAO 2017** considerando o seu estado de execução;
2) **Uma visão dos Objetivos Operacionais de cada OE**, considerando, mais uma vez, o estado de realização das atividades previstas em cada um dos objetivos operacionais. Assim, cada OOP é avaliado consoante as atividades nele previstas se encontram realizadas ou não. Nomeadamente,

– Considera-se **cumprido** o OOP com mais de 80% das atividades concluídas. Nesta medida, o grau de cumprimento de cada OOP contribui para o cumprimento do OE a que diz respeito;

Capital Estatutário: 25.637.140 Euros - NUIPC 509 540 716

© 2017 SPMS | Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE. Av. República, nº 61 | 1050-189 Lisboa | Tel.: 211 545 600| Fax: 211 545 649

- Considera-se **não cumprido** o OOP que não tenha, pelo menos, 25% das atividades previstas no seu âmbito concluídas. Sendo que OOP não cumprido não contribui para o cumprimento do OE associado.

3. Evolução das atividades previstas – 3º trimestre de 2017

1) Evolução global do desempenho da SPMS

O quadro seguinte permite observar o desempenho global da SPMS com base no estado de execução de todas as atividades previstas no PAO 2017. Da análise, podemos concluir que **38%** do total de atividades se encontram em curso, **28%** das atividades foram concluídas e **13%** estão em fase de conclusão. Existem ainda **21%** de atividades em fase inicial ou não iniciadas.

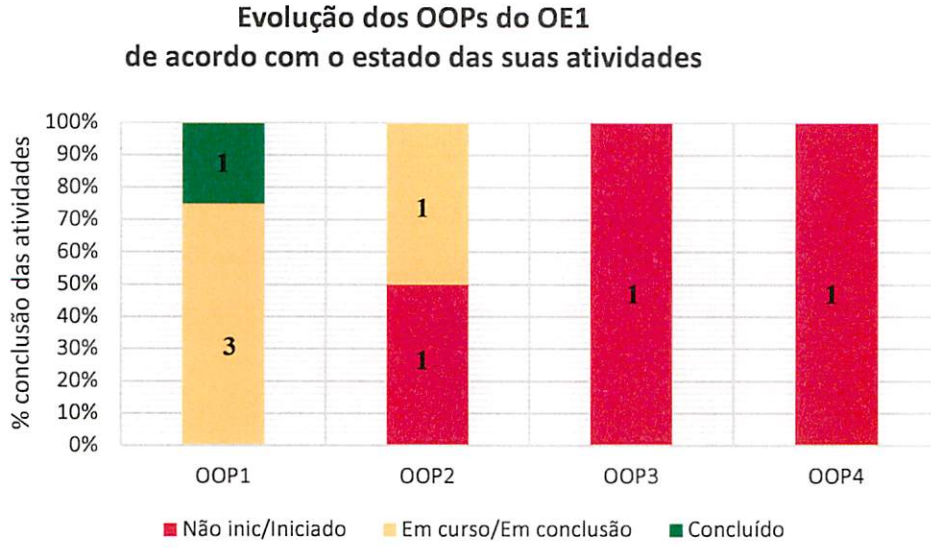
2) Evolução por Objetivo Estratégico e Objetivos Operacionais

Os gráficos seguintes apresentam, por Objectivo Estratégico, o nível de desempenho da organização de acordo com o grau de cumprimento dos Objetivos Operacionais, avaliado pelo estado de execução das atividades compreendidas em cada um deles.

Capital Estatutário: 25.637.140 Euros - NUIMPC 509 540 716

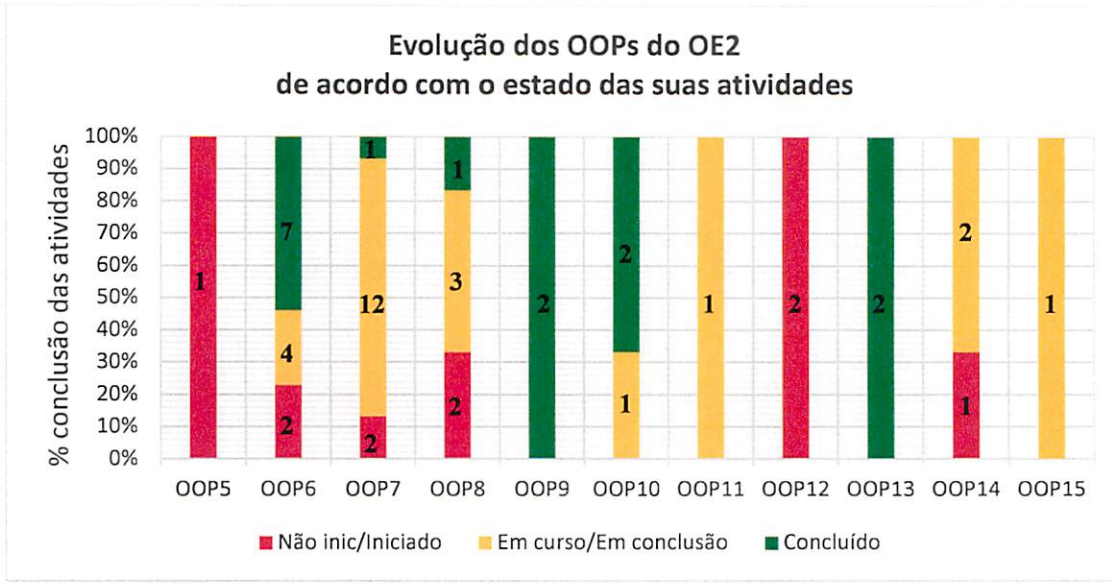
© 2017 SPMS | Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE. Av. República, nº 61 | 1050-189 Lisboa | Tel.: 211 545 600| Fax: 211 545 649

a. OE 1 - Reforçar a autoridade nas TIC e nas compras na área da Saúde



Relativamente ao **OE1 - Reforçar a autoridade nas TIC e nas compras na área da Saúde**, observamos que o objetivo operacional 1 tem uma atividade concluída e três em curso ou em fase de conclusão, observando-se, contudo, que à data de 30 de Setembro, os restantes objetivos operacionais têm as respetivas atividades ainda não iniciadas ou em curso. Do total de atividades previstas para este objetivo estratégico, verifica-se que 50% das atividades se encontram concluídas ou em fase de conclusão.

b. OE 2 – Aproximar a prestação de serviços das necessidades do SNS/MS



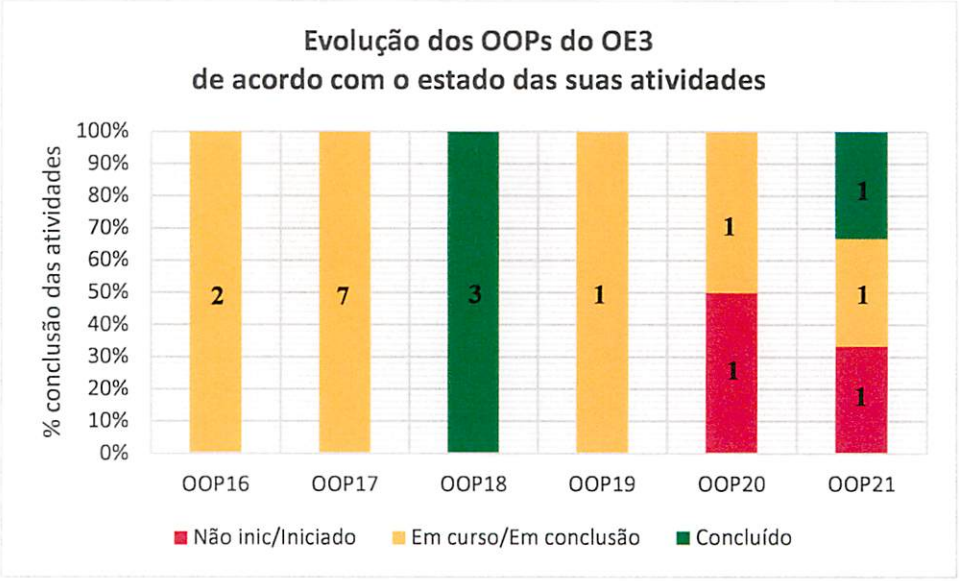
Verificamos que o **OE2 - Aproximar a prestação de serviços das necessidades do SNS/MS**, que integra o maior número de atividades previstas (49) nos seus objetivos operacionais, tem dois OOPs cumpridos e dois com taxa de execução superior a 50%, mantendo, contudo, dois OOPs (5 e 12) ainda não iniciados.

Capital Estatutário: 25.637.140 Euros - NUIMPC 509 540 716

© 2017 SPMS | Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE. Av. República, nº 61 | 1050-189 Lisboa | Tel.: 211 545 600| Fax: 211 545 649

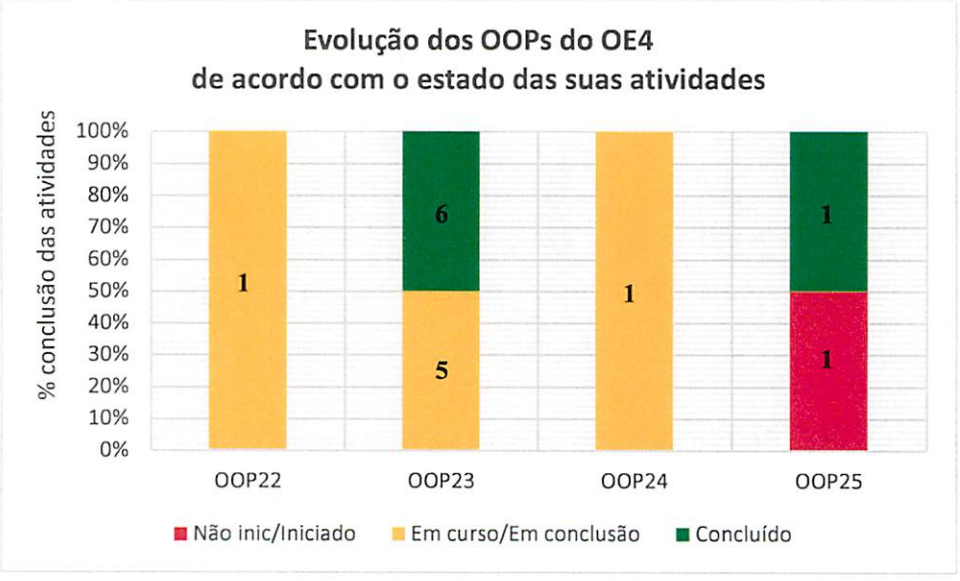
Do total de atividades associadas a este objetivo estratégico, 41% encontram-se já concluídas ou em fase de conclusão à data.

c. OE 3 – Otimizar os recursos do SNS/MS e aumentar a sustentabilidade financeira da SPMS



Da análise do gráfico acima, podemos concluir que dos objetivos operacionais definidos para cumprimento do **OE3 – Otimizar os recursos do SNS/MS e aumentar a sustentabilidade financeira da SPMS**, na perspetiva das atividades que os compõem, um se encontra cumprido, dois em curso ou em fase de conclusão. Do total de 18 atividades associadas a este objetivo estratégico, 67% estão em curso ou em fase de conclusão, 22% concluídas e 11% não iniciadas à data.

d. OE 4 – Promover a excelência operacional e qualidade dos serviços

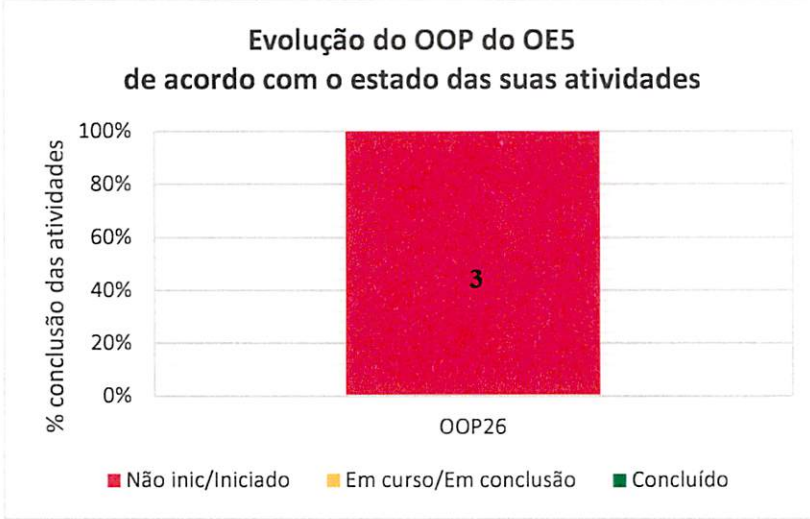


Capital Estatutário: 25.637.140 Euros - NUIMPC 509 540 716

© 2017 SPMS | Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE. Av. República, nº 61 | 1050-189 Lisboa | Tel.: 211 545 600| Fax: 211 545 649

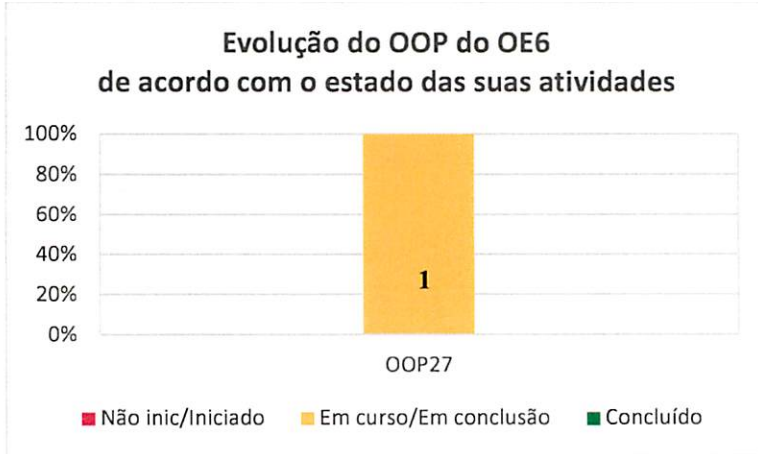
Pelo gráfico acima podemos verificar o grau de cumprimento do **OE4 - Promover a excelência operacional e qualidade dos serviços**, observando o estado dos objetivos operacionais de acordo com a taxa de execução das atividades que os sustentam. Assim, das 16 atividades previstas para cumprimento dos 4 objetivos operacionais, 44% encontram-se concluídas, 50% em curso ou em fase de conclusão e 6% não iniciadas.

e. OE 5 – Promover Inovação, Investigação e Desenvolvimento na SPMS e no SNS



Verifica-que que nenhuma das atividades previstas no âmbito do objetivo operacional (26), "Consolidação do núcleo de inovação que permita, em conjunto com um comité estratégico, garantir o desenvolvimento da gestão estratégica da inovação no SIS", foi iniciada à data de 30 de setembro. Este objetivo operacional foi definido com a intenção de desenvolver o OE5 na promoção da inovação, da investigação e o desenvolvimento na SPMS e no SNS.

f. OE 6 – Aumentar a satisfação e motivação dos colaboradores

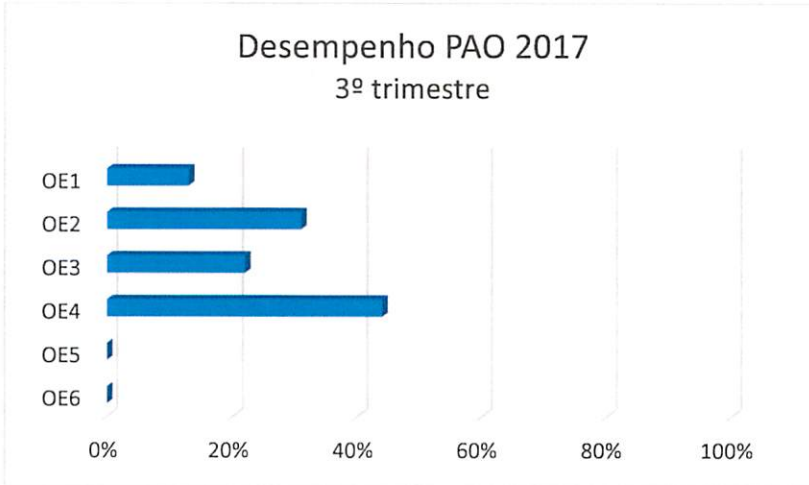


Capital Estatutário: 25.637.140 Euros - NUIMPC 509 540 716

© 2017 SPMS | Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE. Av. República, nº 61 | 1050-189 Lisboa | Tel.: 211 545 600| Fax: 211 545 649

Para o desenvolvimento do OE6 foi definido como o objetivo operacional "Continuar o programa de Gestão de Competências do eSIS, com vista a promover e adequar competências necessárias à transformação digital". Neste sentido, podemos verificar que a atividade se encontra em curso, sendo certo que à data atual foram realizados 4 workshops de Transformação Digital e formação em Arquitetura Empresarial e COBIT foundation para as entidades do eSS. Para os colaboradores da DSI foram realizadas 41 ações de formação, num total de 6.219 horas frequentadas.

Concluindo esta análise ao Plano de Atividades de 2017 da SPMS no final do 3º trimestre, verificamos a seguinte evolução dos objetivos operacionais associados a cada um dos objetivos estratégicos, relativamente ao estado de realização das atividades neles previstas:



Capital Estatutário: 25.637.140 Euros - NUIMPC 509 540 716

© 2017 SPMS | Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE. Av. República, nº 61 | 1050-189 Lisboa | Tel.: 211 545 600| Fax: 211 545 649

4. Notas à Execução do PA

Da análise efetuada a partir desta autoavaliação feita pelos responsáveis das Direções da SPMS, relativamente às atividades previstas no plano para cada OOP e OE, verifica-se que os Objetivos Estratégicos **5** (**Promover a inovação, investigação e desenvolvimento na SPMS e SNS**) e **6** (**Aumentar a satisfação e motivação dos colaboradores**) mantêm um nível de desempenho abaixo do que seria esperado e que o Objetivo Estratégico **4** (**Promover a excelência operacional e qualidade dos serviços**) e **2** (**Aproximar a prestação de serviços das necessidades do SNS/MS**) apresentam o maior grau de realização.

Não pode deixar de se referir que, à semelhança de anos anteriores e como é habitual na atividade da SPMS, o desenvolvimento das atividades previstas no ano de 2017 decorreu com outras não previstas e que surgiram em resposta a solicitações da tutela, não só por via da legislação publicada (ver Anexo II) como de orientações diretamente emanadas do Gabinete do Ministro da Saúde.

Esta situação gerou uma necessidade de afetação dos recursos existentes às novas atividades não previstas, com prejuízo das atividades planeadas, sem que a SPMS deixasse, contudo, de assegurar a prestação dos serviços necessários ao bom cumprimento da sua missão e atribuições.

Refira-se a título de exemplo, em matéria de contratação pública, a incumbência de centralizar a aquisição de todos os bens e serviços específicos da área da saúde na SPMS e, em matéria de coordenação das tecnologias da informação, a implementação do Plano Setorial TIC 2020 do MS, integrado na Estratégia TIC 2020 para a Transformação Eletrónica na AP.

A criação do Centro Nacional de TeleSaúde, para promoção do uso das tecnologias de informação e comunicação, como parte do processo de reforma do SNS foi outra responsabilidade atribuída à SPMS no decurso do ano 2017 que envolveu uma reorganização interna e otimização dos recursos da SPMS.

Elencam-se, em seguida, algumas atividades realizadas durante o período com elevado impacto no sistema de saúde e no desempenho da SPMS:

- Promoção da Telessaúde - A SPMS tem contribuído ativamente para o sistema de saúde português adotar a telessaúde, como forma de levar o SNS a todos os cidadãos, impulsionando a sua implementação no terreno, visitando várias unidades de saúde, dando a conhecê-la e as vantagens que lhe estão associadas. Estas visitas integram-se no projeto de expansão da PDS Live, que contempla o alargamento de teleconsultas a diversas especialidades médicas disponíveis nos Agrupamentos de Centros de Saúde (ACES) do país. Desta forma, a SPMS cumpre um dos objetivos da Tutela, ao distribuir e instalar computadores nos diferentes ACES, promovendo a melhoria do desempenho da prática clínica e dos serviços prestados.

Capital Estatutário: 25.637.140 Euros - NUIMPC 509 540 716

© 2017 SPMS | Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE. Av. República, nº 61 | 1050-189 Lisboa | Tel.: 211 545 600| Fax: 211 545 649

- O sistema de saúde português mudou com a Receita Sem Papel. Hoje, as receitas sem papel já atingem um total nacional de aproximadamente 100%. Pelo sucesso adquirido, continua a ganhar dimensão e, em 2018, vai avançar para a internacionalização, incentivando a expansão da transformação digital na Saúde em Portugal e a concretização de outras medidas do SIMPLEX +. Os números que comprovam o impacto da receita eletrónica no sistema de saúde nacional, desde o início do processo até à atualidade são: Receitas Sem Papel emitidas – 41 655 033; Embalagens de Receitas Sem Papel emitidas – 217 780 453; Receitas Sem Papel emitidas no SNS – 38 819 044; Embalagens de Receitas Sem Papel emitidas no SNS – 200 878 683; Utentes que tiveram pelo menos uma Receita Sem Papel – 7 064 324; Embalagens de Receitas Sem Papel dispensadas – 138 983 658; Comparticipação calculada em benefício do utente – 1 090 919 505 euros.
- Estratégia TIC 2020 - A Estratégia para a Transformação Digital na Administração Pública (AP) deverá ser implementada até 31 de dezembro de 2020, tendo a Agência para a Modernização Administrativa (AMA) como responsável pela sua monitorização. A responsabilidade de coordenar e supervisionar a ENESIS 2020 cabe à SPMS, EPE, garantindo a sua dinamização, particularmente no âmbito do eSIS, bem como a sua operacionalização no âmbito do SNS.
- SICO – distinção por boas práticas de transformação digital - O Sistema de Informação dos Certificados de Óbito (SICO), desenvolvido pela SPMS, EPE, permitiu a Portugal ser o primeiro país europeu com certificação eletrónica do óbito, distinguido pelo Observatório europeu dos sistemas de saúde como exemplo de boas práticas. A Direção-Geral da Saúde (DGS) é a entidade responsável pelo tratamento da base de dados e garante a vigilância epidemiológica da mortalidade, identificando situações de risco para a saúde pública.
- SI.VIDA - No âmbito da implementação do SI.VIDA, o sistema informático que permite a monitorização e acompanhamento de utentes com VHI/SIDA, foi publicado o Despacho n.º 8379/2017 de 2017-09-25. Este Despacho determinou a conclusão do processo de implementação do SI.VIDA até 31 de dezembro de 2017, em todos estabelecimentos hospitalares do SNS que seguem pessoas que vivem com o Vírus da Imunodeficiência Humana (VIH). A SPMS assegurou a implementação do sistema informático nos estabelecimentos hospitalares em que ainda não é utilizado.
- Consentimento Informado para partilha de resultados de MCDT ao Cidadão e aos Profissionais de Saúde do SNS - No âmbito do projeto "Exames Sem Papel", foi alterado o modelo de requisição de meios complementares de diagnóstico e terapêutica (MCDT), através do Despacho n.º 8018/2017, de 14 de setembro. Com esta alteração, as requisições de MCDT passam a estar adaptadas ao novo paradigma de desmaterialização de resultados de MCDT a ser desenvolvido pela SPMS, abrindo o caminho para a total desmaterialização da requisição, prestação e faturação. Projetos como "Exames

Capital Estatutário: 25.637.140 Euros - NUIMPC 509 540 716

© 2017 SPMS | Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE. Av. República, nº 61 | 1050-189 Lisboa | Tel.: 211 545 600| Fax: 211 545 649

Sem Papel" e "Receita Sem Papel" representam um enorme avanço tecnológico, com vantagens claras para o cidadão e para o sistema de saúde em geral.

- Apresentação da Gestão Partilhada de Frota do Ministério da Saúde na SPMS às entidades e organismos do SNS e Ministério da Saúde. A nova plataforma permite monitorizar a frota do universo da saúde, através da manutenção de um registo centralizado, permanente e atualizado dos veículos e sua utilização, bem como promover a otimização da utilização da frota e dos recursos afetos à mesma, suportada por um sistema de partilha de veículos e/ou de viagens. A GPFMS foi desenvolvida pela SPMS, EPE na sequência da aprovação do Regulamento de Aquisição e Gestão Centralizada e Partilha da Frota do Ministério da Saúde, aprovado pelo Despacho n.º 5865/2017, publicado em Diário da República, a 4 de julho de 2017. Este regulamento visa implementar uma gestão mais eficiente e partilhada dos meios estatais, garantindo a otimização de recursos, com finalidade de assegurar interesses do Estado e criar medida eficazes de prevenção e redução dos impactos ambientais negativos.
- Centro de Contacto do Serviço Nacional de Saúde – Uma alteração ao Decreto-Lei n.º 19/2010, de 22 de março, que criou a SPMS, E. P. E., e aprovou os seus Estatutos e ao Decreto Regulamentar n.º 14/2012, de 26 de janeiro, concretizou a transição de competências da DGS para a SPMS, EPE, do Centro de Contacto do SNS. A SPMS assegurou neste período a entrada em funcionamento do CCSNS, com recurso a um parceiro tecnológico, enquadrado numa perspetiva mais ampla de Telessaúde e em parceria com as entidades de saúde do SNS, no seio do CNTS, em articulação com as diversas entidades do SNS. O CCSNS passou a disponibilizar ao cidadão, de uma forma integrada e através de um ponto de contacto único e multicanal, um conjunto de informações e serviços que facilitam o acesso e simplificam a utilização do SNS, nomeadamente, informação geral, saúde pública, triagem, aconselhamento, encaminhamento e apoio à utilização de serviços digitais – telecuidados. Passou a disponibilizar, além da marcação de consultas nos médicos de família, alguns serviços informativos, nomeadamente, relacionados com as taxas moderadoras e de apoio à campanha de vacinação contra a gripe.
- No âmbito dos Acordos-Quadro Transversais, a SPMS realizou a Reunião do Grupo de Trabalho de Acordos-Quadro Transversais que contou com a participação de vários representantes de entidades do SNS. Estas reuniões de trabalho permitem uma maior proximidade e envolvimento das entidades, bem como a agilização e desburocratização de procedimentos, com vista à aproximação das especificações técnicas, a constar nos AQs, das necessidades reais. A SPMS, enquanto responsável pelas Compras Públicas na Saúde, vai continuar a promover o debate e a melhoria das entidades de saúde na construção de futuros AQs.

Capital Estatutário: 25.637.140 Euros - NUIMPC 509 540 716

© 2017 SPMS | Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE. Av. República, nº 61 | 1050-189 Lisboa | Tel.: 211 545 600| Fax: 211 545 649

- Academia de Formação SPMS - No âmbito das atividades formativas, a Academia SPMS tem desenvolvido um conjunto de iniciativas com a finalidade de facilitar o acesso à formação a todos os profissionais de Saúde. A Academia da SPMS está a realizar, também, um Diagnóstico de Necessidades de Formação junto das entidades do SNS e outros organismos da tutela do Ministério da Saúde, de forma a auscultar as áreas de educação e formação a desenvolver, ou outras áreas de formação necessárias, bem como os públicos-alvo e o modo de organização da formação.
- Compras centralizadas para o SNS continuam a aumentar - Na sequência da centralização da aquisição de bens e serviços específicos da área da saúde pela SPMS, EPE, no âmbito do Despacho n.º 1571-B/2016, atingiu-se, até à data, o montante de 467 Milhões de Euros por Contrato de Mandato das Instituições do SNS. Este valor é relativo às áreas terapêuticas com maior impacto financeiro, nomeadamente vacinas, penso de efeito terapêutico, contracetivos e medicamentos.
- Plano Operacional de Compras 2017-2019 - A SPMS, EPE elaborou o Plano Operacional de Compras 2017-2019, com a finalidade de apresentar a estratégia e os objetivos para a atuação da SPMS, no que diz respeito às Compras Públicas na Saúde. Focado na eficácia e eficiência dos processos de compras centralizadas, o Plano Operacional pretende, também, promover a compra agregada e a interação com os diferentes agentes do sistema de compras, junto das entidades do Serviço Nacional de Saúde.
- SPMS em representação institucional do Ministério da Saúde - Em alinhamento com a estratégia de partilha, intercâmbio e valorização do conhecimento, e com uma participação ativa em projetos europeus, participou em seminários, conferências e diversos projetos, nacionais e internacionais, em representação do Ministério da Saúde português. Foi o caso da participação nas reuniões de preparação do Multi-Annual Work Program 2018-2021, do eHealth Member States Expert Group (eHMSEG), em Bruxelas. No âmbito do Comité Regional Europeu da Organização Mundial de Saúde (OMS), realizou-se a 67ª sessão de trabalho em Budapeste, Hungria. Pela relevância deste evento para o ecossistema de saúde europeu, a participação do Ministério da Saúde tornou-se imprescindível. Participou igualmente na "I Reunião de Telemedicina e telessaúde da CPLP: Saúde digital em língua portuguesa", organizada pela presidência brasileira 2016-2018 da CPLP, que tinha a finalidade de debater e elaborar um plano de trabalho para o roteiro estratégico de implementação da telessaúde nos países de língua portuguesa, na Cidade da Praia, Cabo Verde.
- Apresentação do Fórum Nacional de Estudantes de Saúde na SPMS - O Fórum Nacional de Estudantes de Saúde (FNES) foi apresentado e formalizado em setembro no Auditório da SPMS, em Lisboa. Tendo em conta o bom relacionamento estabelecido com os estudantes de saúde, a SPMS foi a anfitriã do evento, apoiando entusiasticamente esta iniciativa estudantil, um fórum de colaboração multidisciplinar e inédita em Portugal.

Capital Estatutário: 25.637.140 Euros - NUIMPC 509 540 716

© 2017 SPMS | Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE. Av. República, nº 61 | 1050-189 Lisboa | Tel.: 211 545 600| Fax: 211 545 649

- A SPMS promoveu diversas formações, workshops e reuniões, designadamente, Transformação Digital na SPMS - No âmbito da ENESIS 2020– Estratégia Nacional para o Ecossistema de Informação de Saúde 2020, um workshop sobre "Transformação da Liderança", integrado no Ciclo de Workshops de Transformação Digital, já iniciado no I Fórum ENESIS; reunião com representantes de Unidades de Saúde Familiar (USFs) da Administração Regional de Saúde do Norte (ARSN), com o objetivo de debater e criar o modelo de site para as USFs do país; workshop sobre Cuidados Respiratórios Domiciliários Sem Papel, o processo de desmaterialização de prescrição, prestação e faturação dos Cuidados Respiratórios Domiciliários (CRD). No âmbito da ENESIS 2020– Estratégia Nacional para o Ecossistema de Informação de Saúde 2020, a SPMS promoveu, no dia 22 de setembro, nas suas instalações do Porto, um workshop sobre "Transformação da Liderança", integrado no Ciclo de Workshops de Transformação Digital, já iniciado no I Fórum ENESIS, realizado a 27 de junho. Participação da SPMS no "Simpósio Europeu Exercise Is Medicine"; SPMS em "Conversas Soltas" sobre "Os Novos Dilemas da Saúde". Participou ainda no EHPPA DAYS 2017, forum europeu sobre "Procurement of Healthcare Innovation", em Paris. Participou no 11º Congresso Nacional da Contratação Pública Eletrónica; Participou em "Oportunidades de financiamento para a Saúde no Horizonte 2020".
- Disponibilização da plataforma Cuidados Respiratórios Domiciliários Sem Papel - A prescrição desmaterializada para os Cuidados Respiratórios Domiciliários (CRD) com mais vantagens para o cidadão, a receita eletrónica para os CRD garante maior segurança para todos.
- ICD10CM/PCS – Implementação no SONHO, SClínico, SIGLIC e sistemas de informação alternativos – O processo de implementação do ICD-10-CM/PCS no SONHO, SClínico e SIGLIC, foi iniciado a 1 de agosto e estará concluído até 31 de dezembro de 2017.
- Lançamento da VCI – Funcionalidade de resumo clínico, uma nova funcionalidade de resumo clínico que permitirá ao profissional de saúde aceder a um resumo integrador da informação disponível em diversas fontes e adequado ao contexto em que o cidadão é acolhido.
- SClínico com classificação automática – Instalação de uma versão piloto no CHMT, em parceria com o Departamento de Gestão e Planeamento de Recursos Humanos na Saúde/Sistema de Classificação de Doentes em Enfermagem da ACSS, a SPMS desenvolveu uma funcionalidade que permite a classificação automática de doentes com base no Sistema de Classificação de Doentes (SCD).
- Apresentação do Monitor SNS – Recursos Humanos - Desenvolvido pela SPMS, pretende ser um instrumento de melhoria nestas áreas, nomeadamente na qualidade e nas formas inovadoras e integradas de análise da informação, nos processos de monitorização em ferramentas como o RHV – Recursos Humanos e Vencimentos, o Portal do SNS, que disponibiliza ao cidadão mais de 120 conjuntos de dados, entre outras ferramentas já disponíveis aos recursos humanos.

Capital Estatutário: 25.637.140 Euros - NUIMPC 509 540 716

© 2017 SPMS | Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE. Av. República, nº 61 | 1050-189 Lisboa | Tel.: 211 545 600| Fax: 211 545 649

- Alargamento do Suporte aos Profissionais dos Cuidados de Saúde Primários - Tendo como finalidade o reforço de suporte aos Sistemas de Informação, destinado aos profissionais dos Cuidados de Saúde Primários, encontra-se disponível, desde o passado dia 01 de setembro, um novo serviço, Portal Self Service EasyVista.
- Continuação da renovação do parque informático em curso – 300 novos computadores para a ARS Algarve - A SPMS, desde final de dezembro de 2016, e em articulação com as diversas Administrações Regionais de Saúde (ARS), assumiu o processo de renovação do parque informático do SNS, assegurando a distribuição e instalação de computadores por várias unidades de saúde do país.
- Sistema de Normalização Contabilística para as AP – Versão piloto já disponibilizada a 52 entidades - Neste âmbito, a SPMS tem estado a trabalhar neste sistema, para as entidades do Ministério da Saúde, tendo já disponibilizado a versão piloto para as 38 entidades, suas parceiras, que trabalham com o Sistema de Informação Centralizado de Contabilidade (SICC). Algumas entidades de Saúde, não parceiras da SPMS, solicitaram a migração para o SICC, de forma a utilizarem a versão experimental do SNC-AP.
- Desmaterialização do Atestado Médico Para a Carta de Condução – Mais segurança rodoviária - A SPMS, EPE, em conjunto com a Direção-Geral da Saúde (DGS), é responsável pela desmaterialização do ACC, que possibilita ao cidadão dirigir-se ao médico e solicitar um atestado, sem precisar de se dirigir aos serviços do Instituto de Mobilidade e Transportes (IMT), uma vez que o atestado é enviado eletronicamente para aquele organismo. Mais de 120 mil cidadãos já beneficiaram deste novo serviço eletrónico.
- Início da implementação da versão 2.5 do SClínico CSP (SClínico com "menos clicks") em unidades piloto que integram as Unidades Locais de Saúde e as ARS do Norte, Centro e Sul do país com rollout nacional em setembro.
- Novo sistema de gestão de serviço e suporte ao utilizador – Arranque de uma nova ferramenta de gestão de serviço, tendo como objetivo melhorar os processos relacionados com o suporte aos profissionais de TI e aos utilizadores finais dos produtos desenvolvidos pela SPMS. Na ferramenta encontram-se implementados os processos de gestão de incidentes e pedidos e prevê-se a implementação do processo de gestão de problemas, com disponibilização do Portal Self-Service desta ferramenta aos profissionais de TI das instituições do Serviço Nacional de Saúde.
- Remodelação do Service Desk para reforçar apoio aos profissionais de saúde dos CSP – A funcionar a partir do Porto, sob a responsabilidade da SPMS desde 2012, o Service Desk (Centro de Suporte) tem instalações renovadas, com melhores condições de trabalho e mais adequadas ao atendimento, sendo a prioridade reforçar o apoio e suporte aos profissionais dos Cuidados de Saúde Primários.

Capital Estatutário: 25.637.140 Euros - NUIMPC 509 540 716

© 2017 SPMS | Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE. Av. República, nº 61 | 1050-189 Lisboa | Tel.: 211 545 600| Fax: 211 545 649

- Desenvolvimento do SIM@SNS com nova ferramenta de integração de dados - A plataforma SIM@SNS – Sistema de Informação e Monitorização do SNS tem como finalidade a consolidação e agregação de dados a uma escala nacional, servindo as necessidades de informação de vários organismos centrais, nomeadamente a ACSS, a DGS, a INFARMED e a SPMS.
- VAI – Via de Acesso Integrado - No âmbito do projeto VAI – Via de Acesso Integrado, a SPMS está a concluir os testes internos da Fase 1: Referenciação dos Centros Hospitalares para os Cuidados de Saúde Primários. Caracterizando o acesso aos cuidados de saúde no SNS, o VAI (documento digital) serve de referenciação clínica para as várias instituições do SNS. O projeto é implementado em 5 fases distintas:
- Plataforma de TeleSaúde do SNS apoiou o alargamento da Via Verde da Reabilitação do AVC na Figueira da Foz - Esta iniciativa, através da plataforma de TeleSaúde do SNS, é crucial para a dinamização da implementação da telemedicina no sistema de saúde português. A telessaúde tem sido utilizada na Via verde do AVC como instrumento importante na triagem e referenciação para tratamento adequado, dentro da janela temporal exigida, evitando tempos de espera e contribuindo para a diminuição da mortalidade.
- VACINAS – Realizado o Rollout Nacional - A substituição do registo de vacinas na aplicação administrativa SINUS, a gestão centralizada do Programa Nacional de Vacinação (PNV) e a gestão centralizada das vacinas, não apenas nos cuidados de saúde primários, mas também nos hospitalares, e tanto no SNS como nos prestadores privados, são os principais objetivos desta aplicação.
- Expansão do Projeto de Notas Terapêuticas Simples - A SPMS, em colaboração com a Associação Nacional de Farmácias (ANF) e os Serviços da ULSAM, com sessão conjunta de apresentação deste projeto a médicos e farmacêuticos. O rollout nacional deste projeto avançou de forma progressiva, começando por alguns locais da ARS Centro, seguindo para os locais associados ao projeto SNS+Proximidade, atualmente a decorrer em várias instituições que integram a ARS Norte.
- Calculadora de Risco da Diabetes – novas opções - No âmbito do programa "Não à Diabetes", a Área do Cidadão tem disponível a Calculadora de Risco da Diabetes. Com o objetivo de massificar a sua utilização na despistagem do risco da doença, atuando de uma forma ainda mais efetiva e preventiva, foram adicionadas novas opções associadas à Calculadora.
- Maior Usabilidade, Segurança e Autenticação - A SPMS arrancou com a iniciativa USA 2.0, no âmbito da ENESIS 2020, que visa melhorar e reforçar os sistemas ao nível da Usabilidade, Segurança e Autenticação. Neste contexto, a SPMS procedeu à análise e testes, na área da usabilidade, aos principais produtos desenvolvidos para os Cuidados de Saúde Primários, tendo como foco a harmonização das interfaces (layout aplicacional), com a finalidade de melhorar a utilização e, assim, facilitar o trabalho dos profissionais de Saúde.

Capital Estatutário: 25.637.140 Euros - NUIMPC 509 540 716

© 2017 SPMS | Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE. Av. República, nº 61 | 1050-189 Lisboa | Tel.: 211 545 600| Fax: 211 545 649

- SINUS e SClínico CSP – Versão 2.4.1 Implementada - A instalação da versão 2.4.1 do SINUS e SClínico foi concluída em junho em todas as Unidades de Saúde dos Cuidados de Saúde Primários. Esta versão inclui melhorias e correções à versão 2.4.0, que tinha sido instalada em unidades piloto nos finais de maio, e veio disponibilizar algumas funcionalidades importantes. Esse esforço enquadra-se no âmbito de uma iniciativa mais ampla despoletada pela Tutela, informalmente designada por "SIMPLEX CSP". Ainda com a finalidade de reforçar o suporte aos profissionais dos CSP na utilização dos sistemas de informação iniciou-se um processo de uniformização progressiva dos procedimentos e ferramentas, tendente à disponibilização de um serviço de Suporte 24×7, eficiente e uniforme a nível nacional, centralizado e coordenado pela SPMS.

Capital Estatutário: 25.637.140 Euros - NUIMPC 509 540 716

© 2017 SPMS | Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE. Av. República, nº 61 | 1050-189 Lisboa | Tel.: 211 545 600| Fax: 211 545 649

III. Introdução

O presente relatório trimestral de execução orçamental enquadra-se nas obrigações legais decorrentes da alínea i) do n.º 1 do artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro[4], do n.º 4 do artigo 96.º do Decreto-Lei n.º 25/2017, de 3 de março[5], bem como da alínea i) do n.º 2 do artigo 15.º dos Estatutos da SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E.P.E. (doravante apenas SPMS)[6].

Este relatório tem por objetivos:

- Explicitar os níveis de execução orçamental, referenciando os aspetos mais relevantes da atividade financeira da SPMS, nos domínios das receitas e das despesas;
- Analisar a posição financeira, o desempenho e alterações na posição financeira da SPMS, considerando, para o efeito, o balanço, a demonstração de resultados e a demonstração de fluxos de caixa e um conjunto de indicadores relevantes.

[4] Regime jurídico do setor empresarial do Estado, alterado pela Lei n.º 75-A/2014, de 30 de setembro.

[5] Decreto de Execução do Orçamento do Estado para 2017.

[6] Aprovados pelo Decreto-Lei n.º 19/2010, de 22 de março e alterados pelos Decretos-Lei n.º 108/2011, de 17 de novembro e n.º 209/2015, de 25 de setembro.

Capital Estatutário: 25.637.140 Euros - NUIMPC 509 540 716

© 2017 SPMS | Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE. Av. República, nº 61 | 1050-189 Lisboa | Tel.: 211 545 600| Fax: 211 545 649

IV. Execução do orçamento

a. Análise Orçamental Global

No quadro seguinte apresenta-se a evolução da empresa em termos de pagamentos e recebimentos e de compromissos assumidos e por pagar.

(Unid Monetária: Euros)

Resumo da execução orçamental				
Principais agregados	**SET - 2016**	**SET - 2017**	**Variação**	**%**
Previsões Corrigidas	86.312.285,00 €	87.936.208,00 €	1.623.923,00 €	2%
Receitas Liquidadas	48.677.990,00 €	39.241.490,00 €	- 9.436.500,00 €	-19%
Liquidações anuladas	673.121,00 €	830.572,00 €	157.451,00 €	23%
Recebimentos	48.882.013,00 €	36.800.923,00 €	- 12.081.090,00 €	-25%
Dotações corrigidas	87.000.661,00 €	82.077.947,00 €	- 4.922.714,00 €	-6%
Cativos ou congelamentos	8.011.527,00 €	5.829.174,00 €	- 2.182.353,00 €	-27%
Compromissos assumidos	64.063.143,00 €	53.820.559,00 €	- 10.242.584,00 €	-16%
Saldo de gerência anterior	2.721.950,00 €	5.759.261,00 €	3.037.311,00 €	112%
Reembolsos e restituições	2.637.888,00 €	5.286.214,00 €	2.648.326,00 €	100%
Pagamentos	25.997.088,00 €	29.772.442,00 €	3.775.354,00 €	15%
Saldo	**22.968.987,00 €**	**7.501.528,00 €**	**- 15.467.459,00 €**	-67%

Outros indicadores	SET - 2016	SET - 2017	Variação	%
Receita por cobrar no início	4.597.306,00 €	5.278.546,00 €	681.240,00 €	15%
Receita por cobrar no final	998.212,00 €	1.129.281,00 €	131.069,00 €	13%
Compromissos por pagar	38.066.055,00 €	24.048.117,00 €	- 14.017.938,00 €	-37%

Figura 1 – Resumo da execução orçamental

No terceiro trimestre de 2017 a SPMS apresenta uma diminuição na receita cobrada e liquidada face a 2016, consequência do aumento de capital no valor de 19.637.140€, ocorrido em setembro de 2016, para fazer face, exclusivamente, à cobertura da amortização antecipada da divida bancária resultante da transmissão das posições jurídicas dos Agrupamentos Complementares Empresas SOMOS, já referida em relatórios anteriores.

A 30 de setembro de 2017 a SPMS recebeu onze duodécimos do Orçamento do Estado em face da autorização da antecipação de dois duodécimos, recebidos em abril e junho, pedido que foi aprovado por sua excelência o secretário de Estado da Saúde.

Capital Estatutário: 25.637.140 Euros - NUIMPC 509 540 716

© 2017 SPMS | Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE. Av. República, nº 61 | 1050-189 Lisboa | Tel.: 211 545 600| Fax: 211 545 649

A SPMS assumiu compromissos, até de setembro de 2017, no montante de cerca de 53,8M€, dos quais 24M€ ainda estão por pagar.

b. Execução da receita com referência a 30 de setembro de 2017

Mapa de controlo da execução orçamental da receita por subagrupamento - SPMS

set-17 — Un: euro

Font. Fin.	Agrup.	Designação	Previsões Corrigidas [1]	Rec. Por cob. Início do ano [2]	Receitas liquidadas [3]	Liquidações Anuladas [4]	Receita cobrada ano [5]	Receita cob ano anterior [6]	Receita cobrada total [7]=[5]+[6]	Reembolsos e restituições [8]	Receita cobrada liquida [9]=[7]-[8]	Rec. por cobrar final do ano [2]+[3]-[4]-[7]	Grau (%) []=[7]/[1]
3.1.3	R16.01	SALDO ORÇAMENTAL	3.556.613 €	- €	3.556.613 €	- €	3.556.613 €	- €	3.556.613 €	3.556.613 €	- €	- €	100,0%
3.1.9	R06.03	RECEITAS CORRENTES	34.638.977 €	- €	26.106.208 €	- €	26.106.208 €	- €	26.106.208 €	- €	26.106.208 €	- €	75,4%
3.1.9	R15.01	REPOSIÇÕES N ABATIDAS	205.919 €	- €	205.919 €	- €	205.919 €	- €	205.919 €	- €	205.919 €	- €	100,0%
4.1.2	R06.09	RESTO DO MUNDO	2.516.874 €	- €	526.807 €	- €	526.807 €	- €	526.807 €	- €	526.807 €	- €	20,9%
4.8.2	R06.09	RESTO DO MUNDO	270.178 €	- €	22.408 €	- €	22.408 €	- €	22.408 €	- €	22.408 €	- €	8,3%
4.8.8	R16.01	SALDO ORÇAMENTAL	473.047 €	- €	473.047 €	- €	473.047 €	- €	473.047 €	- €	473.047 €	- €	100,0%
5.1.0	R05.03	JUROS - ADMINISTRACOES PUBLICAS	1.000 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	0,0%
5.1.0	R07.02	SERVICOS	41.547.474 €	5.278.546 €	3.791.030 €	830.572 €	2.369.617 €	4.740.106 €	7.109.724 €	- €	7.109.724 €	1.129.281 €	17,1%
5.1.0	R08.01	OUTRAS	994.992 €	- €	994.992 €	- €	994.992 €	- €	994.992 €	- €	994.992 €	- €	100,0%
5.1.0	R15.01	REPOSIÇÕES N ABATIDAS	1.533 €	- €	1.532 €	- €	1.532 €	- €	1.532 €	- €	1.532 €	- €	99,9%
5.2.0	R16.01	SALDO ORÇAMENTAL	1.729.601 €	- €	1.729.601 €	- €	1.729.601 €	- €	1.729.601 €	1.729.601 €	- €	- €	100,0%
5.4.0	R06.03	RECEITAS CORRENTES	2.000.000 €	- €	1.833.333 €	- €	1.833.333 €	- €	1.833.333 €	- €	1.833.333 €	- €	91,7%
			87.936.208 €	5.278.546 €	39.241.490 €	830.572 €	37.820.078 €	4.740.106 €	42.560.184 €	5.286.214 €	37.273.970 €	1.129.281 €	42,4%

Figura 2 – Execução orçamental da receita por subagrupamento

Analisando o mapa de execução orçamental da receita, por subagrupamento, verifica-se a existência de um grau de execução da receita de 42%.

No final do 3º trimestre de 2017 a execução da receita é inferior à execução prevista. Esta situação deve-se ao facto da SPMS não ter faturado à Administração Central do Sistema de Saúde as metas referentes aos três primeiros trimestres no âmbito do Contrato Programa estabelecido com aquela entidade. Tal deve-se à inexistência de aprovação e homologação da adenda ao Contrato-Programa para o ano de 2017.

Todavia, nas projeções de tesouraria assume-se um cenário de faturação de cerca de 5M€ ainda em outubro, correspondente às metas executadas a 100%.

No quadro seguinte apresenta-se a evolução da receita nos últimos três anos com referência ao mês de setembro.

(Unid Monetária: Euros)

Receita	SET - 15	SET - 16	SET - 17
Valor Orçamentado	76.434.104,00 €	86.312.285,00 €	87.936.208,00 €
Valor Executado	50.522.762,00 €	48.966.075,00 €	37.273.970,00 €
Grau de Execução	**66%**	**57%**	**42%**

Figura 3 – Evolução da execução do orçamento da receita

Capital Estatutário: 25.637.140 Euros - NUIMPC 509 540 716

© 2017 SPMS | Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE. Av. República, nº 61 | 1050-189 Lisboa | Tel.: 211 545 600| Fax: 211 545 649

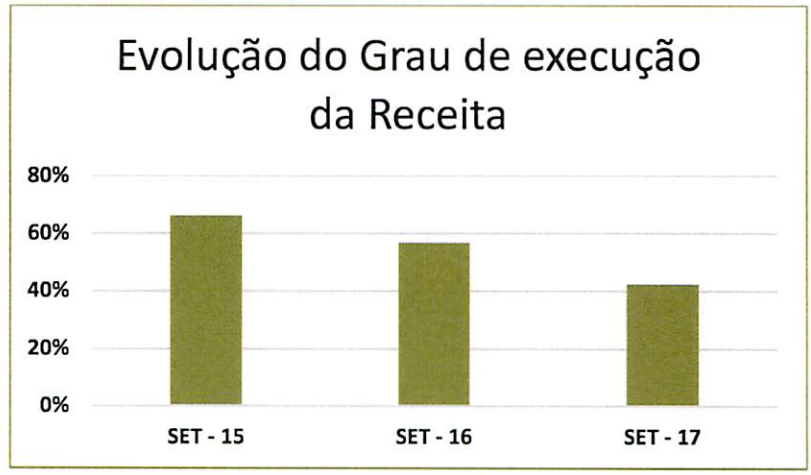


Figura 4 – Evolução do grau de execução da receita

A 30 de setembro 2017 a SPMS recebeu o correspondente a onze duodécimos provenientes do montante inscrito no Orçamento de Estado como transferências correntes.

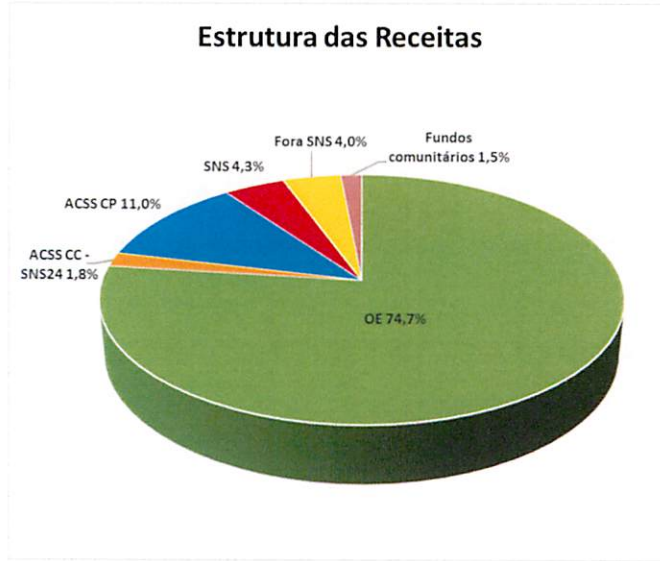


Figura 5 – Estrutura das receitas

No quadro seguinte apresenta-se o detalhe da execução da receita:

Capital Estatutário: 25.637.140 Euros - NUIMPC 509 540 716

© 2017 SPMS | Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE. Av. República, nº 61 | 1050-189 Lisboa | Tel.: 211 545 600| Fax: 211 545 649

(Unid Monetária: Euros)

SET2017 - Resumo da execução da receita - Comparação com o esperado								
F.F.	Económica	Fontes de Receita	Saldo de 2016	Receita inicial estimada	Prespetiva de Recebimentos	Emissão	Cobrança	Grau de ex. (%)
3.1.9	06.03.07	ACSS CP - Contínuo	- €	28.000.000,00 €	28.000.000,00 €	25.666.666,65 €	25.666.666,65 €	92%
3.1.9	06.03.07	ACSS CC - SNS24	- €	- €	6.638.977,00 €	439.541,33 €	439.541,33 €	7%
3.1.9	15.01.01	Reposições não abatidas aos pagamentos	- €	- €	205.918,63 €	205.918,63 €	205.918,63 €	100%
4.1.2	06.09.01	SAMA	- €	592.859,00 €	526.807,02 €	526.807,00 €	526.807,00 €	100%
4.8.2	06.09.01	UE	- €	270.178,00 €	270.178,00 €	22.408,00 €	22.408,00 €	8%
5.1.0	05.03.01	Juros	- €	1.000,00 €	- €	- €	- €	0%
5.1.0	07.02.99.A0	ACSS CP - Projetos em Desenvolvimento	1.776.923,56 €	7.084.800,00 €	18.450.168,06 €	- €	1.776.923,56 €	9%
5.1.0	07.02.99.A0	ACSS CP - PRITIC (2016)	1.807.813,71 €	9.259.194,00 €	1.864.633,07 €	- 38.984,36 €	1.759.911,85 €	48%
5.1.0	07.02.99.A0	ACSS CP - Medidas do governo (2016)	520.575,36 €	1.845.000,00 €	511.657,86 €	- 8.917,50 €	520.575,36 €	50%
5.1.0	07.02.99.B0	Serviços Partilhados	525.099,54 €	2.748.774,00 €	3.029.981,86 €	1.888.787,95 €	1.337.840,12 €	38%
5.1.0	07.02.99.B0	SITAM		316.325,00 €	259.042,00 €	230.474,08 €	230.474,08 €	89%
5.1.0	07.02.99.C0	Direcção Geral da Saúde	552.454,50 €	3.388.755,00 €	1.623.974,13 €	701.926,56 €	1.203.372,96 €	55%
5.1.0	07.02.99.C0	Açores (Saudaçor)		917.896,00 €	216.075,05 €	- €	- €	0%
5.1.0	07.02.99.C0	INCM	48.052,61 €	225.495,00 €	254.756,36 €	184.945,94 €	232.998,55 €	77%
5.1.0	07.02.99.C0	Iasaúde (Instituto de Administração da Saúde	25.620,00 €	137.268,00 €	151.449,00 €	- €	25.620,00 €	14%
5.1.0	07.02.99.C0	Santa casa Misericórdia	22.007,16 €	- €	22.007,16 €	- €	22.007,16 €	50%
5.1.0	07.02.99.C0	Outros	- €	- €	2.435,40 €	2.225,40 €	- €	0%
5.1.0	07.02.99.D0	Fees a fornecedores	- €	15.625.500,00 €	- €	- €	- €	0%
5.1.0	08.01.99	Reembolso IRC	- €	- €	994.991,77 €	994.991,77 €	994.991,77 €	100%
5.1.0	15.01.01	Reposições não abatidas aos pagamentos	- €	- €	1.532,36 €	1.532,36 €	1.532,36 €	100%
5.4.0	06.03.07	ACSS CP - Contínuo (ADICIONAL)	- €	2.000.000,00 €	2.000.000,00 €	1.833.333,35 €	1.833.333,35 €	92%
		Total	**5.278.546,44 €**	**72.413.044,00 €**	**65.024.584,73 €**	**32.651.657,16 €**	**36.800.922,73 €**	**52%**

Figura 6 – Grau de execução da receita

Capital Estatutário: 25.637.140 Euros - NUIMPC 509 540 716

© 2017 SPMS | Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE. Av. República, nº 61 | 1050-189 Lisboa | Tel.: 211 545 600| Fax: 211 545 649

c. Execução da despesa com referência a 30 de setembro de 2017

Mapa de controlo da execução orçamental da despesa por subagrupamento - SPMS

set-17 — Un: euro

Font. Fin.	Agrup.	Descrição	Dotações corrigidas	Cativos ou congelamentos	Dotações líquidas	Compromissos Assumidos	Despesa Paga	Dotação Não comprometida	Saldos	Compromissos por pagar	Grau (%)
		Designação	[1]	[2]	[3]=[1]-[2]	[4]	[5]	[6]=[3]-[4]	[7]=[3]-[5]	[8]=[4]-[5]	[9]=[5]/[3]
3.1.9	D01.01	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES	7.270.540 €	806.893 €	6.463.647 €	5.381.016 €	5.367.705 €	1.082.631 €	1.095.942 €	13.311 €	83,0%
3.1.9	D01.02	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS	813.072 €	311.232 €	501.840 €	501.838 €	500.908 €	2 €	932 €	930 €	99,8%
3.1.9	D01.03	SEGURANÇA SOCIAL	1.870.251 €	202.385 €	1.667.866 €	1.410.503 €	1.266.357 €	257.363 €	401.509 €	144.146 €	75,9%
3.1.9	D02.01	AQUISIÇÃO DE BENS	78.457 €	4.318 €	74.139 €	42.348 €	26.009 €	31.791 €	48.130 €	16.339 €	35,1%
3.1.9	D02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	23.418.326 €	23.439 €	23.394.887 €	20.616.900 €	6.596.608 €	2.777.987 €	16.798.279 €	14.020.292 €	28,2%
3.1.9	D06.02	DIVERSAS	1.344.250 €	1.302.610 €	41.640 €	39.452 €	37.277 €	2.188 €	4.363 €	2.174 €	89,5%
4.1.2	D02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	2.516.874 €	- €	2.516.874 €	708.089 €	268.223 €	1.808.785 €	2.248.651 €	439.866 €	10,7%
4.8.2	D02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	270.178 €	- €	270.178 €	- €	- €	270.178 €	270.178 €	- €	0,0%
5.1.0	D02.01	AQUISIÇÃO DE BENS	443.000 €	- €	443.000 €	395.179 €	256.972 €	47.821 €	186.029 €	138.208 €	58,0%
5.1.0	D02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	31.020.677 €	221.632 €	30.799.045 €	20.834.315 €	12.917.359 €	9.964.730 €	17.881.686 €	7.916.957 €	41,9%
5.1.0	D03.06	ENCARGOS FINANCEIROS	1.000 €	- €	1.000 €	- €	- €	1.000 €	1.000 €	- €	0,0%
5.1.0	D06.02	DIVERSAS	4.220.442 €	2.956.665 €	1.263.777 €	487.828 €	328.821 €	775.949 €	934.956 €	159.006 €	26,0%
5.1.0	D07.01	INVESTIMENTOS	6.810.880 €	- €	6.810.880 €	1.454.945 €	954.235 €	5.355.935 €	5.856.645 €	500.710 €	14,0%
5.4.0	D02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	2.000.000 €	- €	2.000.000 €	1.948.146 €	1.251.969 €	51.854 €	748.031 €	696.177 €	62,6%
			82.077.947 €	5.829.174 €	76.248.773 €	53.820.559 €	29.772.442 €	22.428.214 €	46.476.331 €	24.048.117 €	39,0%

Figura 7 - Execução orçamental da despesa por subagrupamento

A execução da despesa evidencia um grau de execução de 39%, o que significa que o nível de execução da despesa é prudente face ao nível de execução da receita.

A existência de cativações orçamentais, na ordem dos 5,8M€, irá limitar a assunção dos compromissos previstos em sede de orçamento e, consequentemente, a capacidade de realização de serviços e respetiva faturação.

No quadro seguinte apresenta-se a evolução da despesa nos últimos três anos, com referência ao mês de setembro.

(Unid Monetária: Euros)

Despesa	SET - 15	SET - 16	SET - 17
Valor Orçamentado	60.251.850,00 €	87.000.661,00 €	82.077.947,00 €
Valor cativo	7.519.270,00 €	8.011.527,00 €	5.829.174,00 €
Valor Executado	28.663.624,00 €	25.997.088,00 €	29.772.442,00 €
Grau de Execução	**54%**	**33%**	**39%**

Figura 8 - Evolução da execução do orçamento da despesa

Capital Estatutário: 25.637.140 Euros - NUIMPC 509 540 716

© 2017 SPMS | Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE. Av. República, nº 61 | 1050-189 Lisboa | Tel.: 211 545 600| Fax: 211 545 649

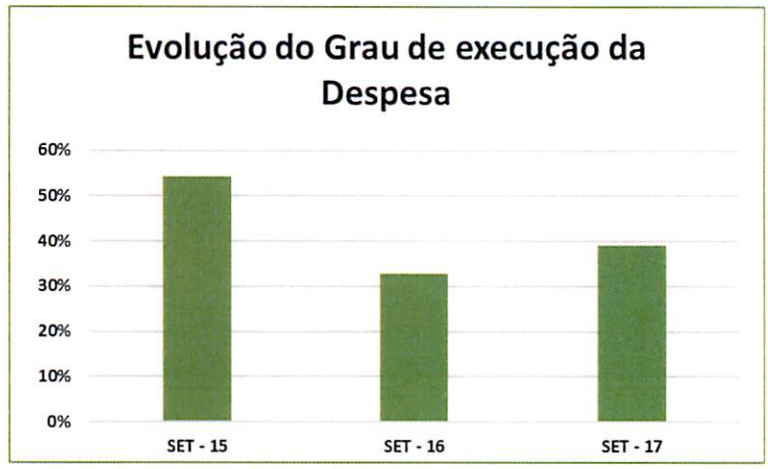


Figura 9 – Evolução do grau de execução da despesa

Na figura seguinte é possível verificar os valores pagos por tipo de despesa e respetivo peso relativo.

Figura 10 – Estrutura das despesas

Do valor total pago 72% corresponde a aquisição de serviços e 24% a despesas com o pessoal (remunerações, abonos e segurança social).

Como se pode verificar no quadro seguinte, a despesa paga acumulada apresentada em setembro de 2017, foi superior à despesa no mesmo período em 2016. O facto da SPMS ter recebido dois duodécimos do OE de forma antecipada possíbilitou fazer face a uma maior execução dos compromissos assumidos.

Capital Estatutário: 25.637.140 Euros - NUIMPC 509 540 716

© 2017 SPMS | Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE. Av. República, nº 61 | 1050-189 Lisboa | Tel.: 211 545 600| Fax: 211 545 649

(Unid Monetária: Euros)

Resumo da execução da despesa - Evolução face a 2016					
Principais agregados	**ORÇ. CORR. 2017**	**SET - 2016**	**SET - 2017**	**Variação homóloga**	**%**
Despesas com o pessoal	9.953.863 €	6.328.888,00 €	7.134.970,00 €	806.082,00 €	13%
Aquisição de bens e serviços	59.747.512 €	16.833.491,00 €	21.317.140,00 €	4.483.649,00 €	27%
Outras despesas correntes	5.564.692 €	1.346.835,00 €	366.098,00 €	- 980.737,00 €	-73%
Investimento	6.810.880 €	366.219,00 €	954.235,00 €	588.016,00 €	161%
Transf. Capital	- €	1.121.655,00 €	- €	- 1.121.655,00 €	-100%
Total	**82.076.947,00 €**	**25.997.088,00 €**	**29.772.442,00 €**	**3.775.354,00 €**	**15%**

Figura 11 – Evolução das despesas por agrupamento

Em termos analíticos, apresenta-se de seguida a estrutura de compromissos e pagamentos por orgânica.

Capital Estatutário: 25.637.140 Euros - NUIMPC 509 540 716

© 2017 SPMS | Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE. Av. República, nº 61 | 1050-189 Lisboa | Tel.: 211 545 600| Fax: 211 545 649

(Unid Monetária: Euros)

Código	Descrição da Unidade Orgânica	Compromissos Assumidos	Pagamentos	Compromissos por pagar
1	Direção de Assuntos Juridicos e Contencioso	417.833,99 €	164.942,57 €	252.891,42 €
2	Direção de Comunicação e Relações Públicas	807.046,11 €	694.922,66 €	112.123,45 €
3.1	Unidade de Compras Agregadas de Bens da Saúde	750,00 €	750,00 €	- €
5	Direção Financeira	144.057,21 €	82.916,88 €	61.140,33 €
5.1	Unidade de Serviços Financeiros	402.496,27 €	271.315,35 €	131.180,92 €
6	Direção de Planeamento e Desenvolvimento Organizacional	256.123,08 €	231.011,04 €	25.112,04 €
7	Direção de Recursos Humanos	7.365.052,01 €	7.132.864,77 €	232.187,24 €
7.1	Unidade de Recursos Humanos	13.825,35 €	5.288,57 €	8.536,78 €
7.2	Unidade de Serviços Partilhados de Recursos Humanos	710.133,31 €	422.671,81 €	287.461,50 €
7.3	Academia da SPMS	146.822,47 €	58.065,52 €	88.756,95 €
10	Unidade de Apoio Geral	1.312.627,31 €	962.745,16 €	349.882,15 €
11	Conselho de Administração	36.571,95 €	36.571,95 €	- €
12.3	Núcleo de PMO	57.472,37 €	29.884,84 €	27.587,53 €
12.5	Núcleo de Mobilidade e Apps	87.016,23 €	- €	87.016,23 €
13.2	Unid. de Coordenação Arquitetura e Int. e e Proj. Internacionais	113.762,18 €	88.859,16 €	24.903,02 €
13.3	Unid. de Coord. Sist. de Suporte a Programas Estruturais da Saúde	200.761,13 €	120.852,96 €	79.908,17 €
13.6	Unid. de Coord. Sist. de Suporte a Programas Estruturais da Saúde	4.558.687,95 €	2.330.531,41 €	2.228.156,54 €
13.7	Unidade de Coordenação Plataformas de Integração de Cuidados	552.153,41 €	117.526,36 €	434.627,05 €
13.8	Unidade de Coordenação Registos Nacionais e Serviços Back-End	66.305,20 €	59.433,60 €	6.871,60 €
13.11	Unid. de Coordenação Sistemas de Informação de Apoio à Gestão	620,00 €	620,00 €	- €
14.3	Unidade de Advanced Analytics e Intelligence	1.706.118,24 €	1.001.381,50 €	704.736,74 €
14.4	Unidade de Sistemas de Gestão de Recursos	2.615.910,96 €	997.053,63 €	1.618.857,33 €
14.5	Unidade de Operações e Infraestrutura Central	83.637,54 €	83.637,54 €	- €
15.1	Unidade de Gestão do Medicamento e do Dispositivo Médico	983.633,32 €	363.266,27 €	620.367,05 €
15.2	Unidade de Sistemas Hospitalares	1.723.370,95 €	907.086,78 €	816.284,17 €
15.3	Unidade dos Sistemas de Informação da SPMS	98.467,30 €	77.645,05 €	20.822,25 €
15.5	Unid. de Plataformas de Int. de Cuidados e Serv. para o Cidadão	2.018.146,22 €	913.211,63 €	1.104.934,59 €
15.6	Núcleo de Apoio à DSI	12.054,00 €	- €	12.054,00 €
16.1	Unidade de Planeamento, Arquitetura e Auditoria	316.640,11 €	152.154,41 €	164.485,70 €
16.2	Unid. de Proj. de Sistemas de Cuidados Primários e de Próximidade	1.532.378,09 €	770.160,45 €	762.217,64 €
16.3	Unidade de Projetos de Gestão de Serviço e Suporte	952.392,72 €	285.129,05 €	667.263,67 €
16.4	Unidade de Operação e Infraestruturas Regionais e Locais	14.332.588,53 €	9.494.895,14 €	4.837.693,39 €
16.5	Unidade de Registos Nacionais e Interoperabilidade Técnica	1.238.740,75 €	598.326,45 €	640.414,30 €
16.6	Núcleo do eSIS	340.049,44 €	171.415,21 €	168.634,23 €
17	Direção de Compras de Bens e Serviços Transversais	163.193,52 €	105.326,20 €	57.867,32 €
18	Direção de Compras de Bens e Serviços de Saúde	1.179.852,34 €	688.583,82 €	491.268,52 €
19	Direção de Compras Públicas Internas	57.240,10 €	50.548,59 €	6.691,51 €
19.1	Unidade de Aprovisionamento	293.619,62 €	83.902,13 €	209.717,49 €
20.1	Unidade de Auditoria Interna	20.392,94 €	5.026,80 €	15.366,14 €
22	Unidade de Controlo de Gestão de Compras Públicas	75.106,00 €	25.372,54 €	49.733,46 €
24	Direção do Centro Nacional de Telesaúde	6.826.909,00 €	186.544,20 €	6.640.364,80 €
	Total	**53.820.559,22 €**	**29.772.442,00 €**	**24.048.117,22 €**

Figura 12 – Estrutura de compromissos e pagamentos por Orgânica

Capital Estatutário: 25.637.140 Euros - NUIMPC 509 540 716

© 2017 SPMS | Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE. Av. República, nº 61 | 1050-189 Lisboa | Tel.: 211 545 600| Fax: 211 545 649

V. Demonstrações Financeiras

1. Balanço

SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE
Balanço Individual em 30 de setembro 2017 **(Valores expressos em euros)**

Rubricas	Notas	30.set.17	30.set.16
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	1.875.057,93	1.965.673,16
Ativos intangíveis	6	980.419,43	623.377,54
		2.855.477,36	**2.589.050,70**
Ativo corrente			
Clientes	8	1.129.280,90	998.212,49
Estado e outros entes públicos	9	2.107.872,50	957.047,76
Outros créditos a receber	10	6.741.751,42	6.940.075,34
Diferimentos	11	2.885.699,88	1.569.572,25
Caixa e depósitos bancários	4	7.796.311,36	22.943.593,86
		20.660.916,06	**33.408.501,70**
Total do ativo		**23.516.393,42**	**35.997.552,40**
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	12	25.637.140,00	25.637.140,00
Resultados transitados	13	-26.355.252,71	-26.355.933,91
Outras variações no capital próprio	13	5.340.000,00	-
Resultado líquido do período	7	3.959.750,04	5.640.178,91
Total do capital próprio		**8.581.637,33**	**4.921.385,00**
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	17	501.157,41	617.335,25
Financiamentos obtidos		-	21.483.492,57
		501.157,41	**22.100.827,82**
Passivo corrente			
Fornecedores	14	3.980.560,36	2.041.604,40
Estado e outros entes públicos	9	1.626.867,54	1.461.702,48
Financiamentos obtidos		-	444.602,22
Outras dividas a pagar	15	3.826.170,78	5.027.430,48
Diferimentos	11	5.000.000,00	-
		14.433.598,68	**8.975.339,58**
Total do passivo		**14.934.756,09**	**31.076.167,40**
Total capital próprio e do passivo		**23.516.393,42**	**35.997.552,40**

Capital Estatutário: 25.637.140 Euros - NUIMPC 509 540 716

© 2017 SPMS | Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE. Av. República, nº 61 | 1050-189 Lisboa | Tel.: 211 545 600| Fax: 211 545 649

2. Demonstração de Resultados

SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE
Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas
Período findo em 30 de setembro 2017 **(Valores expressos em euros)**

Rendimentos e Gastos	Notas	30.set.17	30.set.16
Vendas e serviços prestados	16	8.861.914,13	9.001.117,32
Subsídios à exploração	24	23.676.688,62	21.318.885,49
Fornecimentos e serviços externos	18	-17.874.142,05	-14.779.347,78
Gastos com o pessoal	19	-6.734.661,96	-6.154.007,62
Outros rendimentos	20	359.744,84	168.971,19
Outros gastos	21	-1.096.310,52	-370.818,22
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		**7.193.233,06**	**9.184.800,38**
Gastos/Reversões de depreciação e de amortização	22	-1.687.545,56	-1.056.180,56
Resultado operacional (antes de gasto de financiamento e impostos)		**5.505.687,50**	**8.128.619,82**
Juros e gastos similares suportados		-	-473.950,70
Resultado antes de Impostos	23	**5.505.687,50**	**7.654.669,12**
Imposto sobre o rendimento do período	7	-1.545.937,46	-2.014.490,21
Resultado líquido do período		**3.959.750,04**	**5.640.178,91**

Capital Estatutário: 25.637.140 Euros - NUIMPC 509 540 716

© 2017 SPMS | Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE. Av. República, nº 61 | 1050-189 Lisboa | Tel.: 211 545 600| Fax: 211 545 649

3. Demonstração das Alterações no Capital Próprio

SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE

Demonstração Individual das Alterações no Capital Próprio no Período de 30 de setembro de 2017 (Valores expressos em euros)

Descrição		Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital					
			Capital realizado	Reservas legais	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
Posição no Início do Período 2017	1	12	25.637.140,00	-	-26.729.554,18	5.340.000,00	351.182,37	4.598.768,19
Alterações no período	2							
Resultado Líquido do Período	3	13					3.959.750,04	3.959.750,04
Resultado Integral	4 = 2 + 3						3.959.750,04	3.959.750,04
Operações com detentores de capital próprio								
Realizações de capital								
Outras operações								
Resultados transitados dos ACES		13			-5.698,67			-5.698,67
Reconhecimento de ativo		13			28.817,77			28.817,77
Aplicação do resultados de 2016		13			351.182,37		-351.182,37	-
	5		-	-	374.301,47	-	-351.182,37	23.119,10
Posição no Fim do Período 2017	*6 = 1 + 2 + 3+ 5*		25.637.140,00	-	-26.355.252,71	5.340.000,00	3.959.750,04	8.581.637,33

SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE

Demonstração Individual das Alterações no Capital Próprio no Período de 2016 (Valores expressos em euros)

Descrição		Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital					
			Capital realizado	Reservas legais	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
Posição no Início do Período 2016	1	13	6.000.000,00	-	-27.761.637,21	-	4.043.591,30	-17.718.045,91
Alterações no período	2							
Resultado Líquido do Período	3	14					5.640.178,91	5.640.178,91
Resultado Integral	4 = 2 + 3						5.640.178,91	5.640.178,91
Operações com detentores de capital próprio								
Realizações de capital			19.637.140,00					19.637.140,00
Outras operações								
Transferência OE						5.340.000,00		5.340.000,00
Saldo de gerência		14			-2.637.888,00			-2.637.888,00
Resultados transitados dos ACES		14			-373.620,27			-373.620,27
Aplicação do resultados de 2015		14			4.043.591,30		-4.043.591,30	-
	5		19.637.140,00	-	1.032.083,03	5.340.000,00	-4.043.591,30	21.965.631,73
Posição no Fim do Período 2016	*6 = 1 + 2 + 3+ 5*		25.637.140,00	-	-26.729.554,18	5.340.000,00	5.640.178,91	9.887.764,73

Capital Estatutário: 25.637.140 Euros - NUIPC 509 540 716

© 2017 SPMS | Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE. Av. República, nº 61 | 1050-189 Lisboa | Tel.: 211 545 600| Fax: 211 545 649

4. Demonstração dos Fluxos de Caixa

SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE
Demonstração Individual de Fluxos de Caixa
Período findo em 30 de setembro de 2017 **(Valores expressos em euros)**

Rubricas	Notas	30.set.17	30.set.16
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		6.879.249,56	6.930.403,29
Pagamentos a fornecedores		-21.443.573,31	-16.855.278,39
Pagamentos ao pessoal		-5.902.102,47	-5.214.892,33
Caixa gerada pelas operações		**-20.466.426,22**	**-15.139.767,43**
Pagamento / recebimento do impostos sobre o rendimento		812.057,77	-973.146,85
Outros recebimentos / pagamentos		22.420.180,08	17.849.236,51
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		**2.765.811,63**	**1.736.322,23**
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangiveis		-472.870,44	-291.471,71
Activos intangives		-410.648,43	-36.579,12
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		**-883.518,87**	**-328.050,83**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	19.637.140,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-	1.217.300,89
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		-	**18.419.839,11**
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		1.882.292,76	19.828.110,51
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	5.914.018,60	3.115.483,35
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	**7.796.311,36**	**22.943.593,86**

Capital Estatutário: 25.637.140 Euros - NUIMPC 509 540 716

© 2017 SPMS | Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE. Av. República, nº 61 | 1050-189 Lisboa | Tel.: 211 545 600| Fax: 211 545 649

5. Notas às Demonstrações Financeiras

Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção. As depreciações dos ativos fixos tangíveis são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método da linha reta, após a dedução do seu valor residual, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Ativos Fixos Intangíveis

Os ativos fixos intangíveis com vida útil finita são registados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas, sendo as amortizações reconhecidas numa base sistemática/linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis.

Clientes

A 30 de setembro de 2017 o valor em dívida de clientes diminuiu face ao período homólogo. O montante em dívida refere-se essencialmente a faturas emitidas a diversas entidades no âmbito dos contratos de serviços partilhados e existem boas perspetivas no seu recebimento.

Estado e Outros Entes Públicos – Ativo

A 30 de setembro de 2017 esta rubrica evendencia um valor a recuperar referente a IVA em virtude de ainda não ter sido possível faturar à ACSS as metas realizadas até ao momento inerente ao contrato programa. No entanto prevê-se que a faturação à ACSS ocorra já durante o mês de outubro.

Outros créditos a receber

O montante incluído nesta rubrica corresponde a valores a receber de colaboradores da SPMS na sequência da emissão de reposições, tendo sido efetuadas as diligências necessárias para a recuperação dos montantes em causa. Inclui ainda os valores a faturar a clientes no âmbito dos serviços partilhados prestados em setembro de 2017, os quais serão faturados em outubro (acréscimo de rendimentos). De referir que, com referência a 30 de setembro de 2017, foi contabilizado um acréscimo dos montantes a faturar no âmbito do contrato programa, tendo em conta as metas executadas até à data de referência de 31 de agosto.

Diferimentos - Ativo

A rubrica de diferimentos inclui faturas recebidas de fornecedores cuja faturação já ocorreu, mas a prestação efetiva do serviço só ocorre posteriormente.

Capital Estatutário: 25.637.140 Euros - NUIMPC 509 540 716

© 2017 SPMS | Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE. Av. República, nº 61 | 1050-189 Lisboa | Tel.: 211 545 600| Fax: 211 545 649

Caixa e depósitos à ordem

A rubrica de caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes, altamente líquidos que sejam prontamente convertíveis em quantias conhecidas de dinheiro e que sejam sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor.

A 30 de setembro de 2017 esta rubrica apresenta uma variação negativa face ao período homólogo. Esta situação explica-se pelo fato de a 30 de setembro de 2016 ter ocorrido o aumento de capital de 19.637.140€. Atualmente esta rubrica apenas inclui dinheiro em caixa e depósitos no IGCP.

Capital

O capital estatutário de 25.637.140 Euros da SPMS é detido a 100% pelo Estado Português, encontrando-se integralmente realizado a 30 de setembro de 2017. No 3.º trimestre de 2016 ocorreu o aumento de capital de 19.637.140€ para fazer face às dívidas provenientes do ACE's que, adicionado aos 6.000.000€ iniciais, fez subir esta rubrica para o atual montante.

Resultados Transitados

O resultado líquido positivo do período findo em 31 de dezembro de 2016, no montante de 351.182,37€, foi transferido para resultados transitados, uma vez que as contas ainda não foram aprovadas no sentido de se aplicarem reservas.

Em 2017 esta rubrica sofreu ainda um aumento devido ao reconhecimento de um ativo que por lapso não foi considerado em 2015.

A 30 de setembro de 2017 a SPMS apresenta um capital próprio positivo por via do efeito do aumento de capital no montante de 19.637.140 Euros, totalmente subscrito e realizado pelo Estado Portugês, no entanto ele ainda é inferior a metado do capital social.

Outras variações no capital próprio

No âmbito da transmissão das posições jurídicas dos ACE's SOMOS, procedeu-se à revelação contabilística das transferências determinadas pelo Orçamento do Estado para aquele efeito, no montante de 5.340.000,00 euros, recebidas durante o ano de 2016, em outras variações do Capital Próprio.

Capital Estatutário: 25.637.140 Euros - NUIMPC 509 540 716

© 2017 SPMS | Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE. Av. República, nº 61 | 1050-189 Lisboa | Tel.: 211 545 600| Fax: 211 545 649

Provisões

A 31 de dezembro de 2016 a SPMS constituiu uma provisão no valor de 501.157,41 euros referente a processos judiciais em curso. A 30 de setembro de 2017 a SPMS manteve constituídas provisões no mesmo montante, no âmbito de processos judiciais em curso, de acordo com avaliação da probabilidade de exfluxos financeiros, sendo esta quantificada com o auxílio do patrocínio jurídico dos respetivos processos, de acordo com as políticas contabilísticas em vigor.

Financiamentos obtidos

Em 2016, a SPMS liquidou a totalidade da dívida a Instituições bancárias proveniente dos ACE's SOMOS, por via do aumento de capital e de parte das transferências do Orçamento do Estado destinadas a esse propósito.

Fornecedores

O montante em dívida explica-se sobretudo por faturas de fornecedores que ainda não estão vencidas ou que se encontram em processo de validação.

Estado e Outros Entes Públicos – Passivo

Nesta rubrica constam os valores a pagar relativos a imposto estimado, Segurança Social, CGA e IRS.

Outras dívidas a pagar

Na composição deste saldo está refletido o reconhecimento de obrigações com férias e subsídio de férias a liquidar aos colaboradores em 2018, mas cujo direito é adquirido em 2017.

Nesta rubrica também está refletido o encargo referente à prestação de serviços do contrato n.º 194/2016, referente ao processo 20160063 – Aquisição de manutenção de licenciamento ORACLE, no montante de 2.043.000,00 euros, uma vez que este gasto é recorrente e anual, o processo refere-se ao exercício de 2016, encontrava-se em fase de obtenção de visto do Tribunal de Contas a 31 de dezembro de 2016 e será previsivelmente pago em 2017.

Diferimentos – Passivo

A SPMS procedeu ao diferimento dos dois duodécimos do OE recebidos antecipadamente.

Vendas e Prestação de Serviços

Capital Estatutário: 25.637.140 Euros - NUIMPC 509 540 716

© 2017 SPMS | Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE. Av. República, nº 61 | 1050-189 Lisboa | Tel.: 211 545 600| Fax: 211 545 649

O valor inscrito nesta rubrica a 30 de setembro de 2017 refere-se essencialmente a rendimentos no âmbito de serviços partilhados com diferentes entidades do setor da saúde, contratos com a Direção Geral de Saúde e Contrato-Programa com a ACSS.

Subsídios à exploração

A partir do exercício de 2016 a SPMS passou a receber transferências correntes diretamente do Orçamento do Estado. Em 2017, o ponto 35 do mapa anexo ao artigo 8.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, dispunha o seguinte: "Transferência da Administração Central do Sistema de Saúde, I. P. para a Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E. P. E. (SPMS, E. P. E.), até ao limite de € 30 000 000, destinada a financiar os serviços de manutenção em contínuo dos sistemas informáticos das entidades do SNS."

Fornecimentos e serviços externos

Em 2017, verifica-se um ligeiro aumento nos gastos com fornecimentos e serviços externos em relação ao período homólogo.

Gastos com o pessoal

Esta rubrica registou um aumento em setembro de 2017 em relação ao valor registado no período homólogo. Este aumento deve-se sobretudo ao facto do quadro de pessoal da SPMS ter sofrido variações entre os períodos de 2016 e 2017 e também devido ao pagamento de indemnizações durante o ano de 2017.

Outros gastos

Esta rubrica corresponde principalmente a correções relativas ao exercício de 2016.

Gastos de depreciação e amortização

Esta rubrica espelha o forte investimento registado desde o ano de 2015, especialmente decorrente da execução do PRITIC.

Evolução dos resultados

A Demonstração de Resultados, a 30 de setembro de 2017, evidencia um resultado líquido positivo do período de 3.959.750,04€.

Recebimentos de clientes

Capital Estatutário: 25.637.140 Euros - NUIMPC 509 540 716

© 2017 SPMS | Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE. Av. República, nº 61 | 1050-189 Lisboa | Tel.: 211 545 600| Fax: 211 545 649

Os recebimentos ocorridos em 2017 foram semelhantes em relação ao mesmo período de 2016.

Pagamentos a fornecedores

A rubrica de pagamentos a fornecedores apresenta um aumento significativo face ao ano anterior, devido ao facto de no 1º semestre a SPMS ter recebido os seis duodécimos do OE e adicionalmente mais dois duodécimos a título de adiantamento.

Pagamentos ao pessoal

Os pagamentos ao pessoal apresenta um comportamento semelhante ao ano anterior. No entanto verifica-se um ligeiramento aumento relacionado com o aumento do quadro de pessoal da SPMS e com o pagamento de indemnizações no âmbito de cessação de alguns contratos.

Outros Pagamentos/Recebimentos

A 30 de setembro de 2017 o montante desta rubrica é muito superior face ao mesmo período de 2016, devido ao recebimento dos dois duodécimos antecipados.

Ativos fixos tangíveis e Ativos Intangíveis

Estas rubricas refletem pagamentos referentes a aquisições de imobilizado.

Caixa e seus equivalentes no fim do período

Esta rubrica apresenta uma discrepância muito grande relativamente ao período homólogo sobretudo devido ao aumento de capital que ocorreu no 3º trimeste de 2016. No entanto de salientar que o valor pago a fornecedores foi superior em relação ao período homólogo, o que também contribui para a diminuição do saldo desta rubrica.

Capital Estatutário: 25.637.140 Euros - NUIMPC 509 540 716

© 2017 SPMS | Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE. Av. República, nº 61 | 1050-189 Lisboa | Tel.: 211 545 600| Fax: 211 545 649

VI. Indicadores

No quadro seguinte apresenta-se o cálculo de alguns indicadores financeiros com referência a setembro de 2017 e sua situação face ao ano de 2016.

Indicadores	Método de cálculo		Fonte	31.dez.2016	30.set.2017
	Denominador	Numerador			
Resultado Líquido (€)	Resultado Líquido	NA	DR	351.182,37 €	3.959.750,04 €
Autonomia financeira (%)	Capital Próprio	Ativo Total	Balanço	26%	36%
Liquidez geral	Ativo Corrente: Dívidas de terceiros de Curto Prazo + Disponibilidades	Passivos Corrente: Dívidas a terceiros de Curto Prazo	Balanço	1,11	1,43
Rácio de Solvabilidade (nº)	Capital Próprio	Passivo	Balanço	0,36	0,57
EBIT (Resultados Operacionais) (€)	Resultados operacionais	NA	DR	1.001.439,55 €	5.505.687,50 €
EBITDA (€)	EBIT + Amortizações + Provisões	NA	DR	3.142.126,17 €	7.193.233,06 €
Fornecimentos e Serviços Externos (FSE)	FSE	NA	DR	27.564.974,71 €	17.874.142,05 €
Rendimentos Operacionais (€)	Volume da negócios + Subsídios à exploração + Outros rendimentos e ganhos	NA	DR	41.879.636,53 €	23.401.443,62 €
Gastos com deslocações e estadas	Deslocações e Estadas (6251) + Alojamento (61516)	NA	Balancete	358.273,06 €	36.016,23 €
Gastos com Ajudas de Custo (registadas em pessoal)	Ajudas de custo (63271)	NA	Balancete	39.527,45 €	44.014,55 €
Gastos com comunicações	Comunicação (6262)	NA	Balancete	182.792,65 €	75.181,65 €
Gastos com Pessoal (€)	Gastos com pessoal (63)	NA	Balancete	8.653.481,06 €	6.734.661,96 €
Gastos Operacionais DGTF (FSE+GCP) (€)	FSE + Gastos com pessoal	NA	DR	36.218.455,77 €	24.608.804,01 €
Volume de negócios	Vendas e Prestações de serviços	NA	DR	15.758.945,04 €	8.861.914,13 €
Peso dos Gastos Operacionais/volume de negócios	Gastos Operacionais DGTF	Volume de Negócios	DR	230%	278%
Gastos com Frota Automóvel	Combustiveis (6242) + Locação (62612)	NA	Balancete	28.583,49 €	21.388,16 €
Recebimentos de clientes (€)	Recebimentos de clientes	NA	DFC	17.786.531,89 €	6.879.249,56 €
Pagamentos a fornecedores (€)	Pagamentos a fornecedores	NA	DFC	27.898.907,58 €	21.443.573,31 €
Prazo médio de pagamento (dias) - Dados de setembro	Média Fornecedores dos ultimos 4 trimestres x 365	Compras e FSE dos ultimos 4 trimestres (despacho 9870/2009)	Balanço e DR trimestral	33,43	30,49
Prazo médio de recebimento (dias) - Dados de setembro	Média dos Clientes dos ultimos 4 trimestres x 365	Vendas e Prestação de Serviços dos ultimos 4 trimestres (despacho 9870/2009)	Balanço e DR trimestral	59,69	72,35
Quociente de posicionamento relativo	Prazo médio de recebimento	Prazo médio de pagamento		1,56	0,42
Saldo médio mensal de clientes - Dados de setembro	Saldo de clientes no final de cada mês desde o início do ano em curso	Número de meses decorridos no ano em curso	Balanço trimestral	1.845.079,56 €	2.383.135,17 €
Saldo médio mensal de fornecedores - Dados de setembro	Saldo de fornecedores no final de cada mês desde o início do ano em curso	Número de meses decorridos no ano em curso	Balanço trimestral	2.752.757,48 €	2.708.561,11 €
Receitas proveniente de outras fontes de financiamento (€)	Valor total das receitas provenientes de outras fontes de financiamento, para além das receitas próprias		Balancete	34.475.209,36 €	28.694.675,00 €

Capital Estatutário: 25.637.140 Euros - NUIMPC 509 540 716

© 2017 SPMS | Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE. Av. República, nº 61 | 1050-189 Lisboa | Tel.: 211 545 600| Fax: 211 545 649

Tendo em conta o impacto que a transmissão das posições jurídicas dos ACE's SOMOS, tinha no nível de liquidez e de autonomia financeira no ano de 2015, a liquidação das dívidas naquele âmbito pela via do aumento de capital e das transferências do Orçamento do Estado, melhorou significativamente aqueles indicadores.

O prazo médio de recebimentos situa-se nos 72 dias, verifica-se um aumento deste indicador devido ao fato da ACSS só ter pago o valor faturado em dezembro de 2016 no mês de abril de 2017, ou seja, o pagamento foi efetuado após 110 dias da emissão da respetiva faturação.

A SPMS conseguiu diminuir o prazo médio de pagamento, uma vez que não existiram constrangimentos de tesouraria no ínicio do ano de 2017. O prazo médio de pagamentos a 30 de setembro de 2017 situa-se nos 30,49 dias.

A Empresa apresenta um aumento do peso dos gastos operacionais no volume de negócios de 230% para 278%, considerando apenas os Fornecimentos e Serviços Externos e Gastos com Pessoal, nos termos do rácio normalizado da DGTF.

No que respeita aos limites que impendem sobre a SPMS importa referir que, através da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, que aprova o Orçamento do Estado para 2017, encontra-se estabelecido no artigo 44.º que "As empresas públicas prosseguem uma política de otimização da estrutura de gastos operacionais que promova o equilíbrio operacional, nos termos do disposto no decreto-lei de execução orçamental".

O n.º 1 do artigo 124.º do Decreto-Lei n.º 25/2017, de 3 de março, dispõe que "Para efeitos do disposto no artigo 44.º da Lei do Orçamento do Estado, as empresas públicas devem prosseguir uma política de otimização da estrutura de gastos operacionais que promova o equilíbrio operacional, mediante a redução do peso dos gastos operacionais, corrigidos dos encargos decorrentes da reposição salarial e das indemnizações por rescisão, no volume de negócios face a 31 de dezembro de 2016".

Aquele artigo determina ainda que os gastos com pessoal e o conjunto dos gastos com comunicações, deslocações, ajudas de custo e alojamento, bem como os associados à frota automóvel "devem também ser iguais ou inferiores aos registados em 31 de dezembro de 2016" (cfr. n.º 4 do artigo 124.º do Decreto-Lei n.º 25/2017, de 3 de março).

Capital Estatutário: 25.637.140 Euros - NUIMPC 509 540 716

© 2017 SPMS | Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE. Av. República, nº 61 | 1050-189 Lisboa | Tel.: 211 545 600| Fax: 211 545 649

Por outro lado, de acordo com o estabelecido no n.º 1 do artigo 49.º da Lei do OE2017, os encargos globais com contratos de aquisição de serviços, com exceção dos contratos com cofinanciamento europeu, não podem ultrapassar os encargos globais pagos em 2016.

Neste contexto, o estado atual destes indicadores é o seguinte:

Indicadores	31.dez.2016	30.set.2016	30.set.2017	% sobre 2016	Variação homóloga	% VH	31.dez.2017 (prev)
EBITDA (€)	3.142.126,17 €	9.184.800,38 €	7.193.233,06 €	229%	- 1.991.567,32 €	-22%	1.437.212,00 €
Fornecimentos e Serviços Externos (FSE)	27.564.974,71 €	14.779.347,78 €	17.874.142,05 €	65%	3.094.794,27 €	21%	42.520.000,00 €
Rendimentos Operacionais (€)	41.879.636,53 €	30.488.974,00 €	23.401.443,62 €	56%	- 7.087.530,38 €	-23%	53.557.212,00 €
Gastos com deslocações e estadas	358.273,06 €	179.331,10 €	36.016,23 €	10%	- 143.314,87 €	-80%	358.000,00 €
Gastos com Ajudas de Custo (registadas em pessoal)	39.527,45 €	23.167,92 €	44.014,55 €	111%	20.846,63 €	90%	75.453,51 €
Gastos com comunicações	182.792,65 €	69.826,38 €	75.181,65 €	41%	5.355,27 €	8%	180.000,00 €
Gastos com Pessoal (€)	8.653.481,06 €	6.154.007,62 €	6.734.661,96 €	78%	580.654,34 €	9%	9.600.000,00 €
Gastos Operacionais DGTF (FSE+GCP) (€)	36.218.455,77 €	21.304.173,62 €	24.608.804,01 €	68%	3.304.630,39 €	16%	52.120.000,00 €
Volume de negócios	15.758.945,04 €	9.001.117,32 €	8.861.914,13 €	56%	- 139.203,19 €	-2%	23.557.212,00 €
Peso dos Gastos Operacionais/volume de negócios	230%	237%	278%	-	41%	-	221%
Gastos com Frota Automóvel	28.583,49 €	21.370,07 €	21.388,16 €	75%	18,09 €	0%	32.082,00 €
Aquisições de serviços (Ec. 0202 - FF319;510;540)	27.113.366,00 €	16.455.159,00 €	20.765.936,00 €	77%	4.310.777,00 €	26%	44.544.976,00 €

Como se pode verificar os pagamentos com a aquisição de serviços são superiores ao período homólogo, essencialmente devido ao pagamento da manutenção do licenciamento ORACLE, todavia, também os gastos operacionais estão acima do referencial homólogo. Também as despesas com o pessoal, as ajudas de custo e os gastos com comunicações estão acima do referencial homólogo.

A SPMS já efetuou o pedido de exceção do cumprimento das alíneas a) e b) do n.º 4, do mencionado artigo 124.º do Decreto de Execução Orçamental, através do Ofício n.º 15765 de 27 de março de 17, reiterado pelos Ofícios n.º 17835, de 21 de abril e n.º 18589, de 25 de maio do mesmo ano, até porque em 2016 a SPMS esteve excecionada no próprio Decreto de Execução Orçamental e porque se mantêm as circunstâncias que fundamentaram a referida exceção, designadamente a fase de crescimento da SPMS e o seu envolvimento em projetos internacionais.

Capital Estatutário: 25.637.140 Euros - NUIMPC 509 540 716

© 2017 SPMS | Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE. Av. República, nº 61 | 1050-189 Lisboa | Tel.: 211 545 600| Fax: 211 545 649

VII. Conclusão

A informação disponibilizada neste documento permite as seguintes conclusões:

1. As Demonstrações Financeiras deixaram de estar influenciadas pela transmissão das posições jurídicas dos ACE's SOMOS, em especial o Capital Próprio, que se apresenta agora positivo em face do aumento de capital ocorrido no exercício de 2016. Ainda assim, o capital próprio representa menos de metade do capital social.
2. A SPMS apresentou uma execução orçamental equilibrada a 30 de setembro de 2017.
3. No âmbito das atividades inerentes ao Decreto-Lei nº209/2015, de 25 de setembro, encontra-se liquidada parte significativa das responsabilidades assumidas por aqueles ACE Somos e transmitidas para a SPMS (98%), porquanto se realizou o pagamento da totalidade do capital em dívida ao Sindicato Bancário, bem como das situações (que se destacam pela sua materialidade) referentes aos credores Capgemini Portugal, Serviços de Consultadoria e Informática, S.A. e MSD – Merck Sharp & Dohme, Lda, todavia, ainda permanecem dívidas por pagar.
4. A SPMS alcançou o objetivo de diminuição do prazo médio de pagamentos, situando-se nos 30,49 dias a 30 de setembro de 2017.
5. Face ao risco de incumprimento do artigo 124.º do Decreto-Lei n.º 25/2017, de 3 de março, é importante obter a autorização para que a SPMS possa estar excecionada do mesmo, já solicitada por ofício.

SPMS, em Lisboa, 30 de outubro de 2017

****

Capital Estatutário: 25.637.140 Euros - NUIMPC 509 540 716

© 2017 SPMS | Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE. Av. República, nº 61 | 1050-189 Lisboa | Tel.: 211 545 600| Fax: 211 545 649

Capital Estatutário: 25.637.140 Euros - NUIMPC 509 540 716

© 2017 SPMS | Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE. Av. República, nº 61 | 1050-189 Lisboa | Tel.: 211 545 600| Fax: 211 545 649

ANEXO I – MAPA DE OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E OPERACIONAIS DA SPMS

OBJETIVO ESTRATÉGICO	OBJETIVO OPERACIONAL
OE 1 - Reforçar a autoridade nas TIC e nas compras na área da Saúde	Reforçar da atuação da Comissão de Acompanhamento de Compras na Saúde (CACS) a quem compete o planeamento e monitorização da política de compras específicas do setor da saúde.
	Reforçar a Participação em projetos internacionais de Public Procurement na Saúde.
	Continuar o desenvolvimento do programa de melhoria de governança e gestão do Sistema de Informação da Saúde (SIS), criando instrumentos transversais de gestão em diversas áreas nomeadamente: gestão estratégica e de benefícios, gestão de arquitetura de informação, gestão de serviços TIC, gestão de risco e segurança da informação, gestão de competências em TI, gestão de inovação e gestão da relação com fornecedores. Os instrumentos a desenvolver (estruturas, políticas, procedimentos, entre outros) permitirão promover a adoção de boas práticas pelas diversas instituições do SNS/MS, partilhar conhecimento e produzir informação de apoio à gestão do eSIS.
	Reforçar as atividades de arquitetura, normalização e auditoria tendo em vista a promoção de interoperabilidade, segurança e eficiência do SIS incluindo iniciativas no âmbito de projetos europeus e internacionais e iniciativas com a indústria TI (grupo PT HL7, grupo PT IHE, CTC.PT e IPQ CT 199).
	Reforçar as atividades de articulação interministerial através da participação em grupos transversais, nomeadamente no CTIC – Conselho para as Tecnologias de Informação e Comunicação, e na promoção de reuniões bilaterais de acompanhamento estratégico de iniciativas com alguns Ministérios.
	Reforçar atividades de articulação com o setor privado e social da saúde, através coordenação e supervisão da implementação da ENESIS 2020 e do alargamento de algumas soluções, nomeadamente da Plataforma de Dados em Saúde, aos agentes do Sistema de Saúde.
OE 2 - Aproximar a prestação de serviços das necessidades do SNS/MS	Promover novos acordos-quadro, na área dos dispositivos médicos e desenvolver mecanismos facilitadores para a sua utilização pelas instituições.
	Desenvolver novos acordos-quadro nas compras transversais que facilitem a aquisição de bens e serviços pelas instituições.
	Promover a disponibilização de informação à sociedade e aos diversos atores do sistema de saúde através do Portal do SNS, incluindo dados abertos da atividade do SNS que promovam a transparência do sistema.
	Promover a prestação de serviços digitais aos utentes através do Portal do SNS/Área do Utente e do desenvolvimento de serviços acessíveis através do futuro Centro de Contacto do SNS.
	Promover a usabilidade dos sistemas de informação através harmonização e desenvolvimento de novas interfaces, incluindo versões mobile das aplicações.

Capital Estatutário: 25.637.140 Euros - NUIMPC 509 540 716

© 2017 SPMS | Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE. Av. República, nº 61 | 1050-189 Lisboa | Tel.: 211 545 600| Fax: 211 545 649

	Promover a melhoria do serviço e suporte aos utilizadores dos sistemas de informação da SPMS.
	Promover a evolução dos sistemas clínicos dotando-os de novas áreas de registo de informação e novos perfis de modo a constituir um Processo Clínico Eletrónico que permita uma Visão Clínica Integrada comum às diferentes realidades dos cuidados de saúde.
	Promover a adoção de normas e serviços de interoperabilidade que permitam, entre outros, o acesso e a partilha de informação entre diversas organizações ao nível nacional e europeu, especialmente no que se refere o Sumário Clínico e a Prescrição e Dispensa de Medicamentos.
	Promover a evolução dos sistemas e a qualidade da informação de apoio ao desenvolvimento de Políticas de Saúde, nomeadamente do Plano Nacional de Saúde, dos programas prioritários e do Programa Simplex da Saúde.
	Focar e reestruturar os processos de suporte aos sistemas financeiros centrais, nomeadamente através da evolução funcional e tecnológica do sistema de suporte à gestão financeira, e melhorando a plataforma de acompanhamento dos contratos-programa dos hospitais do SNS.
	Consolidar os Registos Nacionais e promover novos de serviços de interoperabilidade.
	Desenvolver novos serviços partilhados que vão de encontro às necessidades das instituições do SNS, nomeadamente na área financeira, na área da formação de recursos humanos e na área de comunicação e relações-públicas.
OE 3 - Otimizar os recursos do SNS/MS e aumentar a sustentabilidade financeira da SPMS	Potenciar a utilização dos acordos-quadro e das compras centralizadas para aumentar as poupanças nas compras do SNS.
	Dinamizar processos de desmaterialização de diversos circuitos (ex., prescrição de CRD, requisição e resultados de MCDT, certificados multiuso/carta condução, referenciação para a RNCCI, notificações diversas).
	Promover a disponibilização de ferramentas de análise da informação que facilitem a gestão do SNS e suportem estratégias ativas de combate à fraude.
	Continuar o processo de atualização tecnológica dos sistemas de informação core das unidades prestadoras de cuidados de saúde (SINUS, SONHO e SClínico).
	Melhorar a performance e disponibilidade da Rede Informática da Saúde (RIS) assim como promover o seu acesso em novos contextos e lançar novo procedimento de contratação pública através de diálogo concorrencial para novo operador em 2018.
	Promover a atualização e reforço da infraestrutura de suporte aos sistemas, garantindo a sua operacionalidade e segurança e, simultaneamente, promover a eficiência dos recursos.
	Continuar o programa de melhoria de *govenance* e gestão do licenciamento de software com vista à sua permanente adequação e racionalização.
	Diversificar as fontes de financiamento com recurso a financiamento do SAMA 2020 ou outros financiamentos comunitários como por exemplo do programa CEF – Connecting European Facility.

Capital Estatutário: 25.637.140 Euros - NUIMPC 509 540 716

© 2017 SPMS | Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE. Av. República, nº 61 | 1050-189 Lisboa | Tel.: 211 545 600| Fax: 211 545 649

	Melhorar a governação e eficiência do SNS, através Centro Nacional TeleSaúde, assente em soluções de modernização e integração das tecnologias da informação no âmbito dos serviços partilhados.
OE 4 - Promover a Excelência Operacional e Qualidade dos Serviços	Promover a utilização das plataformas de suporte às compras da saúde e compras transversais.
	Continuar os programas de adoção de boas práticas nomeadamente na vertente de gestão de serviço TI, em alinhamento com o referencial ITIL, com vista à melhoria dos serviços prestados aos diversos clientes.
	Otimizar os processos de negócio e processos de suporte da SPMS.
	Regularização das notificações junto da Comissão Nacional de Proteção de Dados e Assessement no âmbito das exigências legais do novo Regulamento Geral de Proteção de Dados
OE 5 - Promover Inovação, Investigação e Desenvolvimento na SPMS e no SNS	Consolidação do núcleo de inovação que permita, em conjunto com um comité estratégico, garantir o desenvolvimento da gestão estratégica da inovação no SIS;
	Implementação e monitorização do plano de inovação.
	Participar em projetos internacionais com relevo para a realidade e futuro do SIS, nomeadamente no projeto e-sens, eSTANDARDS, VALUEeHEALTH, ASSESS-CT e JASeHN - Joint Action to support the eHealth Network.
OE 6 - Aumentar a satisfação e motivação dos colaboradores	Continuar o programa de Gestão de Competências do eSIS, com vista a promover e adequar competências necessárias à transformação digital.

Capital Estatutário: 25.637.140 Euros - NUIMPC 509 540 716

© 2017 SPMS | Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE. Av. República, nº 61 | 1050-189 Lisboa | Tel.: 211 545 600| Fax: 211 545 649

ANEXO II - LEGISLAÇÃO PUBLICADA COM IMPACTO NA ATIVIDADE DA SPMS

LEI N.º 53/2017 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 135/2017, Série I de 2017-07-14 - Cria e regula o Registo Oncológico Nacional;

PORTARIA N.º 55/2013 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 27/2013, Série I de 2013-02-07 - Define as categorias de bens e serviços específicos da área da saúde cujos contratos públicos de aprovisionamento (CPA) e procedimentos de aquisição são celebrados e conduzidos pelos SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E.P.E.

DESPACHO N.º 8379/2017 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 185/2017, SÉRIE II DE 2017-09-25 Ato da Série II - Saúde - Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Saúde - Determina que a implementação do sistema informático do VIH (SI.VIDA) deve encontrar-se concluída até 31 de dezembro de 2017, em todos os estabelecimentos hospitalares do Serviço Nacional de Saúde que seguem pessoas que vivem com VIH;

DESPACHO N.º 8320/2017 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 184/2017, SÉRIE II DE 2017-09-22 - Saúde - Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Saúde - Determina que são objeto de aquisição centralizada na categoria de bens as vacinas do Programa Nacional de Vacinação e outras vacinas e tuberculinas para a proteção da saúde pública e de grupos de risco segundo estratégias definidas pela Direção-Geral da Saúde;

DESPACHO N.º 8254/2017 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 183/2017, SÉRIE II DE 2017-09-21 Ato da Série II - Saúde - Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Saúde - Estabelece os critérios técnicos para os rastreios oncológicos de base populacional realizados no Serviço Nacional de Saúde (SNS), nomeadamente no que diz respeito ao recrutamento e métodos de seleção. Revoga o n.º 2 do Despacho n.º 4808/2013, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 68, de 8 de abril de 2013;

DESPACHO N.º 8018/2017 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 178/2017, SÉRIE II DE 2017-09-14 - Saúde - Gabinete do Secretário de Estado da Saúde - Determina que os modelos de requisição de meios complementares de diagnóstico e terapêutica (MCDT) passam a ser os constantes dos anexos i e ii do presente despacho e estabelece condições referentes à emissão de requisições de MCDT;

DESPACHO N.º 7539/2017 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 164/2017, SÉRIE II DE 2017-08-25 - Constitui um Grupo de Trabalho para o desenvolvimento das Unidades de Cuidados na Comunidade;

Despacho n.º 7014/2017 - Diário da República n.º 155/2017, Série II de 2017-08-11 - Saúde - Gabinete do Secretário de Estado da Saúde - Estabelece disposições sobre a celebração de contratos públicos de aprovisionamento (CPA) com vista ao fornecimento de dispositivos para evacuação e para banho, no âmbito de concurso público (CP 2016/86) lançado pelos Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E. P. E. (SPMS, E. P. E.);

DESPACHO N.º 7013/2017 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 155/2017, SÉRIE II DE 2017-08-11 - Saúde - Gabinete do Secretário de Estado da Saúde - Estabelece disposições sobre a celebração de contratos públicos de aprovisionamento (CPA) com vista ao fornecimento de dispositivos médicos diversos, no âmbito de concurso público (CP 2017/36) lançado pelos Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E. P. E. (SPMS, E. P. E.);

DESPACHO N.º 6960/2017 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 154/2017, SÉRIE II DE 2017-08-10 - Saúde - Gabinete do Secretário de Estado da Saúde - Estabelece disposições sobre a celebração de contratos públicos de aprovisionamento (CPA) com vista ao fornecimento de medicamentos antipsicóticos, no âmbito de concurso público (CP 2016/19) lançado pelos Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E. P. E. (SPMS, E. P. E.);

Despacho n.º 6959/2017 - Diário da República n.º 154/2017, Série II de 2017-08-10 - Saúde - Gabinete do Secretário de Estado da Saúde - Estabelece disposições sobre a celebração de contratos públicos de aprovisionamento (CPA) com vista ao fornecimento de reagentes para testes rápidos parte II e outros, no âmbito de concurso público (CP 2016/73) lançado pelos Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E. P. E. (SPMS, E. P. E.);

Capital Estatutário: 25.637.140 Euros - NUIMPC 509 540 716

© 2017 SPMS | Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE. Av. República, nº 61 | 1050-189 Lisboa | Tel.: 211 545 600| Fax: 211 545 649

DESPACHO N.º 6958/2017 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 154/2017, SÉRIE II DE 2017-08-10 - Estabelece disposições sobre a celebração de contratos públicos de aprovisionamento (CPA) com vista ao fornecimento de medicamentos do aparelho cardiovascular, no âmbito de concurso público (CP 2016/1) lançado pelos Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E. P. E. (SPMS, E. P. E.);

DESPACHO N.º 6957/2017 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 154/2017, SÉRIE II DE 2017-08-10 - Saúde - Gabinete do Secretário de Estado da Saúde - Estabelece disposições sobre a celebração de contratos públicos de aprovisionamento (CPA) com vista ao fornecimento de gazes medicadas e ligaduras de gaze, no âmbito de concurso público (CP 2016/21) lançado pelos Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E. P. E. (SPMS, E. P. E.);

Despacho n.º 6209/2017 - Diário da República n.º 135/2017, Série II de 2017-07-14 - Saúde Gabinete do Secretário de Estado da Saúde - Determina a extinção da Comissão de Fiscalização Externa dos Serviços Partilhados do Ministério da Saúde (CFE SPMS), criada pelo Despacho n.º 3155/2016, de 22 de fevereiro;

DESPACHO N.º 6125/2017 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 133/2017, SÉRIE II DE 2017-07-12 Ato da Série II - Saúde - Gabinete do Secretário de Estado da Saúde - Estabelece disposições sobre a celebração de contratos públicos de aprovisionamento (CPA) com vista ao fornecimento de medicamentos do aparelho digestivo, no âmbito de concurso público (CP 2016/14) lançado pelos Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E. P. E. (SPMS, E. P. E.);

DESPACHO N.º 6124/2017 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 133/2017, SÉRIE II DE 2017-07-12 - Saúde - Gabinete do Secretário de Estado da Saúde - Estabelece disposições sobre a celebração de contratos públicos de aprovisionamento (CPA) com vista ao fornecimento de material descartável de Bloco Operatório - Parte I - B, no âmbito de concurso público (CP 2016/74), lançado pelos Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E. P. E. (SPMS, E. P. E.);

DESPACHO N.º 6049/2017 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 130/2017, SÉRIE II DE 2017-07-07 Ato da Série II - Saúde - Gabinete do Ministro - Altera o Despacho n.º 898/2016, do Ministro da Saúde, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 12, de 19 de janeiro (Cria o Grupo de Prevenção e Luta contra a Fraude no Serviço Nacional de Saúde);

DESPACHO N.º 5865/2017 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 127/2017, SÉRIE II DE 2017-07-04 Ato da Série II - Saúde - Gabinete do Secretário de Estado da Saúde - Aprova o Regulamento de Aquisição e Gestão Centralizada e Partilha de Frota do Ministério da Saúde, anexo ao presente Despacho;

DESPACHO N.º 5656/2017 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 123/2017, SÉRIE II DE 2017-06-28 - Saúde - Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Saúde - Determina disposições sobre o desenvolvimento da Ação de Saúde para Crianças e Jovens em Risco e da Ação de Saúde sobre Género, Violência e Ciclo de Vida;
DESPACHO N.º 5553/2017 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 121/2017, SÉRIE II DE 2017-06-26 Ato da Série II - Saúde - Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Saúde - Altera a composição da Comissão Nacional de Hemofilia, criada pelo Despacho n.º 8759/2016, de 7 de julho de 2016;

Despacho n.º 5264/2017 - Diário da República n.º 114/2017, Série II de 2017-06-14 Saúde Gabinete do Secretário de Estado da Saúde - Determina que a SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde divulga, através do Catálogo de Aprovisionamento Público da Saúde, todas as características dos produtos abrangidos por contratos públicos de aprovisionamento, que estabelecem as condições de fornecimento de Pensos Especiais;

DESPACHO N.º 4835/2017 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 107/2017, SÉRIE II DE 2017-06-02 Ato da Série II - Saúde - Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Saúde - Determina os procedimentos a adotar no âmbito do Programa Prioritário na área da Infeção VIH/SIDA e Tuberculose, da Direção-Geral da Saúde, com vista à promoção do acesso à Profilaxia Pré-Exposição da Infeção por VIH (PrEP);

DESPACHO N.º 4751/2017 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 105/2017, SÉRIE II DE 2017-05-31 - Estabelece condições referentes ao projeto de desmaterialização do circuito de prescrição e de disponibilização de resultados de Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica e define as regras dos Pontos de Teste Regional no Serviço Nacional de Saúde e em prestadores privados;

Capital Estatutário: 25.637.140 Euros - NUIMPC 509 540 716

© 2017 SPMS | Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE. Av. República, nº 61 | 1050-189 Lisboa | Tel.: 211 545 600| Fax: 211 545 649

DESPACHO N.º 4354-A/2017 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 97/2017, 1º SUPLEMENTO, SÉRIE II DE 2017-05-19 - Ato da Série II - Saúde - Gabinete do Secretário de Estado da Saúde - Estabelece disposições sobre a cedência de informação de saúde, pelos serviços e organismos integrados na administração direta e indireta do Estado, no âmbito do Ministério da Saúde, e das entidades do setor público empresarial, da área da saúde. Revoga o Despacho n.º 1612-A/2017, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 35, 1.º Suplemento, de 17 de fevereiro;

DESPACHO N.º 4131/2017 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 93/2017, SÉRIE II DE 2017-05-15 Ato da Série II - Saúde - Gabinete do Secretário de Estado da Saúde - Estabelece disposições sobre a celebração de contratos públicos de aprovisionamento (CPA) com vista ao fornecimento de material para tratamento do pé diabético, no âmbito de concurso público (CP 2016/89), lançado pelos Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E. P. E. (SPMS, E. P. E.);

DESPACHO N.º 4130/2017 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 93/2017, SÉRIE II DE 2017-05-15 - Saúde - Gabinete do Secretário de Estado da Saúde - Estabelece disposições sobre a celebração de contratos públicos de aprovisionamento (CPA) com vista ao fornecimento de cadeiras de rodas para uso em meio hospitalar, no âmbito de concurso público (CP 2016/84), lançado pelos Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E. P. E. (SPMS, E. P. E.);

DESPACHO N.º 4129/2017 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 93/2017, SÉRIE II DE 2017-05-15 Ato da Série II - Saúde - Gabinete do Secretário de Estado da Saúde - Estabelece disposições sobre a celebração de contratos públicos de aprovisionamento (CPA) com vista ao fornecimento de nastros e fitas cirúrgicas, no âmbito de concurso público (CP 2016/82), lançado pelos Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E. P. E. (SPMS, E. P. E.);

DESPACHO N.º 3914/2017 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 89/2017, SÉRIE II DE 2017-05-09 - Saúde - Gabinete do Secretário de Estado da Saúde - Determina que a SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde divulga, através do Catálogo de Aprovisionamento Público da Saúde, todas as características dos produtos abrangidos por contratos públicos de aprovisionamento, que estabelecem as condições de fornecimento de medicamentos anestésicos e relaxantes musculares;

DESPACHO N.º 3913/2017 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 89/2017, SÉRIE II DE 2017-05-09 Ato da Série II - Saúde - Gabinete do Secretário de Estado da Saúde - Determina que a SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde divulga, através do Catálogo de Aprovisionamento Público da Saúde, todas as características dos produtos abrangidos por contratos públicos de aprovisionamento (CPA) que estabelecem as condições de fornecimento de material para empacotamento em esterilização;

DESPACHO N.º 3912/2017 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 89/2017, SÉRIE II DE 2017-05-09 - Saúde - Gabinete do Secretário de Estado da Saúde - Determina que a SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde divulga, através do Catálogo de Aprovisionamento Público da Saúde, todas as características dos produtos abrangidos por contratos públicos de aprovisionamento, que estabelecem as condições de fornecimento de Suturas cirúrgicas - Parte I;

DESPACHO N.º 3838/2017 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 88/2017, SÉRIE II DE 2017-05-08 Ato da Série II Saúde - Gabinete do Secretário de Estado da Saúde - Determina que a SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde divulga, através do Catálogo de Aprovisionamento Público da Saúde, todas as características dos produtos abrangidos por contratos públicos de aprovisionamento, que estabelecem as condições de fornecimento de Vacinas e Tuberculinas - Parte II;

DESPACHO N.º 3837/2017 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 88/2017, SÉRIE II DE 2017-05-08 - Saúde - Gabinete do Secretário de Estado da Saúde - Determina que a SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde divulga, através do Catálogo de Aprovisionamento Público da Saúde, todas as características dos produtos abrangidos por contratos públicos de aprovisionamento, que estabelecem as condições de fornecimento de medicamentos diversos;

DESPACHO N.º 3796-A/2017 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 87/2017, 1º SUPLEMENTO, SÉRIE II DE 2017-05-05 Ato da Série II - Saúde - Gabinete do Ministro - Estabelece disposições sobre a rentabilização dos equipamentos e dos recursos humanos do Serviço Nacional de Saúde e a subcontratação a entidades externas;

Capital Estatutário: 25.637.140 Euros - NUIMPC 509 540 716

© 2017 SPMS | Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE. Av. República, nº 61 | 1050-189 Lisboa | Tel.: 211 545 600| Fax: 211 545 649

DESPACHO N.º 3668-I/2017 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 83/2017, 1º SUPLEMENTO, SÉRIE II DE 2017-04-28 - Ato da Série II - Saúde - Gabinete do Secretário de Estado da Saúde - Fixa, em conformidade com o Novo Regime Jurídico das Convenções, a tabela de preços a pagar nos termos das novas convenções a celebrar na área da Anatomia Patológica;

DESPACHO N.º 3456/2017 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 80/2017, SÉRIE II DE 2017-04-24 - Saúde - Gabinete do Secretário de Estado da Saúde - Determina a criação de uma equipa de transição por cada administração regional de saúde (ARS) com vista à transferência da função TIC de suporte aos cuidados de saúde primários das ARS para a SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde;

DESPACHO N.º 3454/2017 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 80/2017, SÉRIE II DE 2017-04-24 - Saúde - Gabinete do Ministro - Determina as principais ações a desenvolver no ano de 2017, no âmbito do Programa Nacional de Educação para a Saúde, Literacia e Autocuidados, coordenadas pelo Núcleo de Apoio Estratégico do Ministério da Saúde (NAE), criado por via do Despacho n.º 5372/2016, do Ministro da Saúde, publicado no Diário da República, 2.ª série, de 20 de abril de 2016;

DESPACHO N.º 3156/2017 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 74/2017, SÉRIE II DE 2017-04-13 Ato da Série II - Saúde - Gabinete do Ministro - Estabelece disposições e determina os princípios de governança e gestão da Estratégia Nacional para o Ecossistema de Informação de Saúde (ENESIS) 2020;

DESPACHO N.º 2777-A/2017 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 66/2017, 1º SUPLEMENTO, SÉRIE II DE 2017-04-03 Ato da Série II - Saúde - Gabinete do Ministro - Nomeia o Coordenador Nacional para a Estratégia Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde, Prof. Doutor Henrique Luz Rodrigues, bem como a sua Equipa de Apoio, e define genericamente as suas funções e competências;

DESPACHO N.º 2326/2017 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 55/2017, SÉRIE II DE 2017-03-17 Ato da Série II - Saúde - Gabinete do Secretário de Estado da Saúde - Determina que a SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde divulga, em site próprio, todas as características dos produtos abrangidos por contratos públicos de aprovisionamento que estabelecem as condições de fornecimento de medicamentos anti retrovíricos para o tratamento da infeção por VIH;

DESPACHO N.º 1818/2017 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 43/2017, SÉRIE II DE 2017-03-01Saúde - Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Saúde - Cria a Comissão Coordenadora do Tratamento da Doença Fibrose Quística (CCTDFQ), constituída exclusivamente por profissionais de saúde, tendo por missão acompanhar e monitorizar o tratamento da doença fibrose quística;

DESPACHO N.º 1877/2017 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 46/2017, SÉRIE II DE 2017-03-06 - Saúde - Gabinete do Ministro - Determina que a Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E. P. E. (SPMS, E. P. E.), deve criar uma Unidade de Apoio ao Grupo de Prevenção e Luta contra a Fraude no Serviço Nacional de Saúde (SNS), cuja missão consistirá na recolha e tratamento dos dados necessários à atividade do Grupo, tendo em consideração o seu âmbito de atuação e o objetivo específico do combate à Fraude;

DESPACHO N.º 1774-A/2017 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 40/2017, 1º SUPLEMENTO, SÉRIE II DE 2017-02-24Saúde - Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Saúde - Define regras de organização e mecanismos de gestão referentes ao Registo Nacional de Utentes (RNU), bem como estabelece os critérios e os procedimentos de organização e atualização das listas de utentes nos Agrupamentos de Centros de Saúde (ACeS) e nas suas unidades funcionais;

DESPACHO N.º 1649/2017 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 37/2017, SÉRIE II DE 2017-02-21 Ato da Série II - Saúde - Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Saúde - Determina que a atividade dos serviços de sangue e medicina transfusional a nível nacional é monitorizada de forma centralizada pelo Instituto Português do Sangue e da Transplantação, I. P. (IPST, I. P.), no âmbito das suas competências legais, e engloba todas as entidades hospitalares dos setores público, privado e social que devem garantir a recolha automatizada da informação necessária;

DESPACHO N.º 1490/2017 – DR N.º 32/2017, SÉRIE II DE 2017-02-14 Ato da Série II - Saúde - Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Saúde - Determina que a Direção-Geral da Saúde (DGS) deve proceder até 30 de abril de 2017,

Capital Estatutário: 25.637.140 Euros - NUIMPC 509 540 716

© 2017 SPMS | Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE. Av. República, nº 61 | 1050-189 Lisboa | Tel.: 211 545 600| Fax: 211 545 649

à avaliação da implementação do Plano Nacional de Saúde Mental (PNSM) 2007-2016, de forma a definir estratégia ou dar continuidade, até 31 de maio de 2017, para a atualização do PNSM para o período 2017-2020;

Despacho n.º 1348/2017 - Diário da República n.º 28/2017, Série II de 2017-02-08 - Saúde - Gabinete do Secretário de Estado da Saúde - Determina que as entidades do Serviço Nacional de Saúde (SNS) e os órgãos, serviços e organismos do Ministério da Saúde, encontram-se obrigados a proceder à notificação de incidentes de segurança aos Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E. P. E. (SPMS, E. P. E.), devendo no prazo de 10 dias úteis, designar o Responsável pela Notificação Obrigatória (RNO) de incidentes de cibersegurança, comunicando à SPMS, E. P. E., os respetivos nomes e contactos;

DESPACHO N.º 851-A/2017 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 11/2017, 1º SUPLEMENTO, SÉRIE II DE 2017-01-16 - Saúde - Gabinete do Ministro - Emite recomendações no âmbito dos procedimentos que mitiguem o risco e previnam a violação dos princípios da transparência, concorrência e prossecução do interesse público, na área da contratação pública;

DESPACHO N.º 780/2017 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 9/2017, SÉRIE II DE 2017-01-12 – Saúde - Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Saúde - Determina o desenvolvimento, no Serviço Nacional de Saúde (SNS), de um projeto-piloto com o objetivo de dotar os Agrupamentos de Centros de Saúde (ACES) de Lisboa Central e de Loures/Sacavém da capacidade de internalização da realização de exames complementares de diagnóstico no âmbito da cardiologia;

DELIBERAÇÃO N.º 153/2017 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 44/2017, SÉRIE II DE 2017-03-02SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E. P. E. - Alteração dos pelouros do conselho de administração;

Capital Estatutário: 25.637.140 Euros - NUIMPC 509 540 716

© 2017 SPMS | Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE. Av. República, nº 61 | 1050-189 Lisboa | Tel.: 211 545 600| Fax: 211 545 649